

Revista



Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 319
2023



EXPEDIENTE

Abr a Jun ▪ 2023

Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

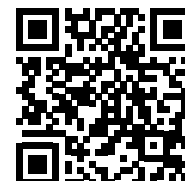
2º Vice-Presidente

Brig Inf Augusto Cesar Amaral

Fragmento
da pintura de
Hieronymus Bosch.



Fotografe o código
abaixo para ler esta
revista, fazer download
e ou compartilhar as
edições anteriores.



ISSN 0486-6274

SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
• PABX (21) 2210-3212
Terça-feira a sexta-feira,
das 8h às 12h e 13h às 17h

Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Alberto Macedo de Brito

Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

Diretor Beneficente e Secretaria-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Dep. Comunicação Social

Cecília Ferreira

SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100
• (21) 3325-2681
Quarta-feira a domingo, das 9h às 17h30

Superintendente

Cel Inf Jupiaci Tadeu Martins Belo

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

Assessores

Social - Brig Inf Augusto Cesar Amaral
Financeiro - Cel Int Jailton Porto de Faria
Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1
CEP: 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ
• (22) 2662-1510 / (21)98849-8886

Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto
Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José
Manhães Ferreira

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691
revista@caer.org.br

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Bruno Pedra
Cel Av Renato Paiva Lamounier
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Relações Públicas

Cecília Ferreira

Produção Editorial e Design Gráfico

Núbia Santos

Revisão

Lara Alves

Administrativo

Matheus Martins

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

SUMÁRIO

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 2 | Mensagem do presidente
<i>Marco Antonio Carballo Perez</i>
Maj Brig Ar | 24 | Sequestro e resgate na
Embaixada do Japão
<i>Hugo Barreto Macedo</i>
Cel Av |
| 6 | O livro negro do comunismo
<i>Carlos Ilich Santos Azambuja</i>
Em memória | 26 | Projeção de Caxias...
<i>Cláudio Moreira Bento</i>
Cel Ex Eng |
| 9 | Realizações do governo
cívico-militar (1964-1985)
Revista Manchete | 30 | Cidade do México
<i>Hélio Carvalho Perez</i>
Cel Av |
| 10 | Congratulações
à Esquerda
<i>Carlos Ilich Santos Azambuja</i>
Em memória | 32 | Restrições ao emprego do
poder aéreo...
<i>Claudio Paradelo Peixoto</i>
Ten Cel Av |
| 12 | A decadência democrática
no Brasil
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>
Jurista | 36 | Independência do Brasil
<i>Affonso Celso</i>
Em memória |
| 14 | Reflexão filosófica sobre
o papel dos militares
<i>Flávio Catoira Kauffmann</i>
Ten Cel Av | 38 | Sêneca - Filósofo trágico
<i>Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira</i>
Filósofo |
| 18 | Lula diz que a Amazônia não
é só nossa...
<i>Luiz Eduardo Rocha Paiva</i>
Gen Bda Vetereno | 42 | A implementação do BIM
na FAB: resultados...
<i>Camila Tasca Leitão</i>
2º Ten Civ |
| 20 | Não se desafia o sistema
impunemente
<i>Rodrigo Constantino</i>
Economista | 46 | Reflexões sobre o declínio
da civilização cristã...
<i>Frederico Bergamo de Andrade</i>
Cel Art |
| 22 | Ianomâmi! Quem?
<i>Roberto Gama e Silva</i>
Contra-Almirante REF | | |

Mensagem do presidente

Prezados leitores, civis e militares:

Passamos os 100 dias “sob nova direção” e, para a surpresa de ninguém, constatamos que o desgoverno continua perdido, sem planejamento, sem programas e baseado em “reoperações”, eufemismo para aumentos. As úlceras eclodem em todas as partes: dissidências internas, “bateções” de cabeça, brigas por espaço e poder, enfim, mais do mesmo! E essa majestosa nave, chamada Brasil, segue o seu inexorável rumo, acima de tudo e de todos! E que assim seja...

Destacamos a recente passagem da Presidência do Clube Naval, nosso coirmão, ocorrida em 11 de junho. Agradecemos a excelente convivência com o Almt Palmer nos dois últimos anos e parabenizamos o Almt Prado Maia, novo Presidente, desejando bons ventos e muito sucesso na condução do timão!

Relembramos ao quadro social a realização do Baile de Aniversário de 77 anos do Clube de Aeronáutica, que ocorrerá no sábado, dia 05 de agosto, às 21:00 horas, na Sede Central. Está aberta a venda das mesas. Venham participar conosco dessa bela festa!

Esta edição está especialmente boa, com ótimas matérias e alguns causos aeronáuticos. Como sempre, agradecemos aos nossos colaboradores, que contribuem para o sucesso da nossa Revista.

Saudamos a chegada do inverno, com temperaturas que convidam a um bom fondue, acompanhado de um belo vinho.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Maj. Brig R1 Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica



COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Democracia?

Desde o início de 2019 o País tem constatado crescente desequilíbrio entre os Poderes do Estado, com nítida prevalência do Poder Judiciário, que invade a competência dos outros dois, sem que estes esboquem aptidão para reação. Nesse contexto, decisões anteriores são revertidas, algumas das quais monocraticamente, e a Constituição é interpretada com excessiva flexibilidade, acentuando de modo progressivo a insegurança jurídica no Brasil, com reflexos extremamente negativos para o funcionamento da nossa democracia, nela contida a liberdade de opinião e de expressão. Hoje, quase sempre, os que mais mencionam a palavra democracia são os que mais a violentam e atentam contra os princípios por ela defendidos.

Esse quadro se agravou quando o Poder que deveria primar pelo equilíbrio tomou partido político de maneira ostensiva. A partir daí um lado do espectro ideológico pode tudo, enquanto outro sofre os rigores de uma lei quase sempre interpretada de forma abusiva.

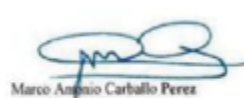
Eis que chegamos a um cenário de total inversão de valores, onde aqueles que buscaram punir criminosos são calados e cassados, enquanto os que devem à Justiça são soltos. À vista dessas constatações, nós, dos Clubes Militares, preocupados com o caminho para onde caminha nossa democracia, manifestamos nosso mais contundente desejo de que os brasileiros e suas instituições, notadamente o Congresso, sejam capazes de democraticamente corrigir os rumos que a Nação vem tomando.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2023.




Luiz Fernando Palmer Fonseca
Almirante de Esquadra (Ret)
Presidente do Clube Naval


Sérgio Tavares Carneiro
General de Brigada (R1)
Presidente do Clube Militar


Marco Antônio Carballo Perez
Major Brigadeiro do Ar (R1)
Presidente do Clube de
Aeronáutica

FESTA DA CAÇA NA BARRA: UMA NOITE EM TARQUÍNIA

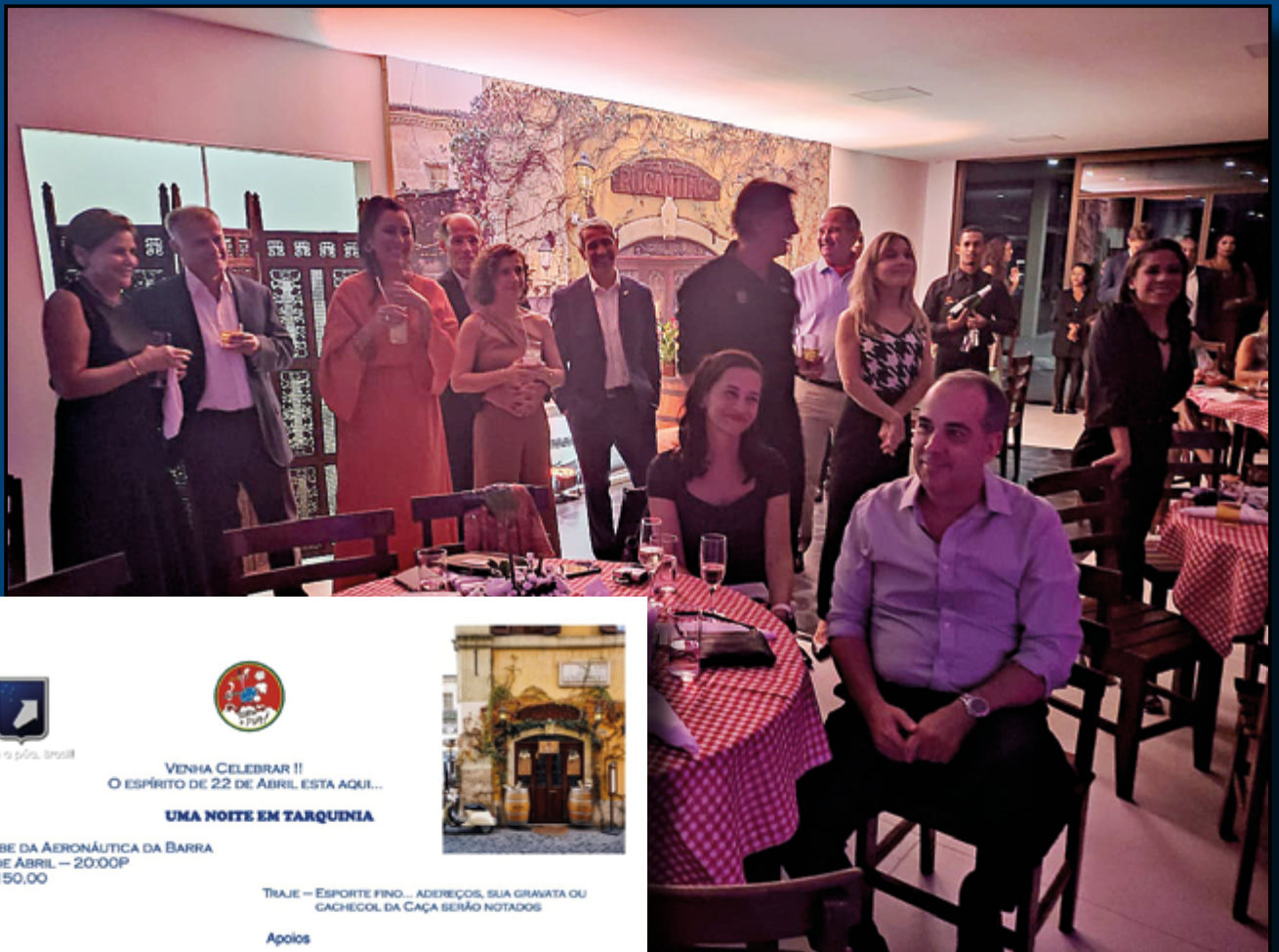
A iniciativa foi de caçadores mais antigos, acolhida de pronto pela ABRA-PC (Associação Brasileira de Pilotos de Caça), e prestigiada pelos novos caçadores, suas esposas e namoradas.

O tema foi “Uma Noite em Tarquínia”, que reviveu na decoração o clima de uma Trattoria que abrigara nossos veteranos na campanha da Itália.

Um cardápio com pratos típicos e bebidas, onde o “Malte” e o “Velho Nero” foram o pano de fundo para muita alegria. Contribuindo para a animação, a banda do maestro “Passarinho” apresentou um repertório de canções napolitanas, até o rock, passando pela música sertaneja “raiz”.

Presenças ilustres de caçadores mais antigos, como o Ten Brig Barbacovi e sua Léa e o Presidente do Clube, Maj Brig Peres, abrilhantaram a noite. Somaram-se a estes os “meninos” que voaram o Gloster e dançaram o tradicional Hully Gully da caça, imortalizado por “Binsinho” e jovens “senhores” da época do AT-26 e do F-5 analógico, antes da geração BVR. Essa, sim, a dos caçadores “BVR”, foi a responsável por sustentar o fogo, ou melhor, a animação ao longo da noite.

As Empresas InterOceânica, AEROMAX e AERO SUPORTE contribuíram para a realização do evento, que também foi pago pelos participantes.



VENHA CELEBRAR !!
O ESPÍRITO DE 22 DE ABRIL ESTÁ AQUI...

UMA NOITE EM TARQUÍNIA

CLUBE DA AERONÁUTICA DA BARRA
22 DE ABRIL – 20:00P
R\$ 150,00

TRAJE – ESPORTE FING... ADERTEÇOS, SUA GRANATA OU CACHÊCOL DA CAÇA SERÃO NOTADOS

Apoios

FRANCISCO MARTINS DE SOUZA

Faleceu aos 97 anos, no dia 12 de abril, o Professor Francisco Martins de Souza, militar que, após uma carreira na nossa Força Aérea Brasileira, se dedicou ao estudo da Filosofia. Natural de Natal, era bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutor pela Universidade Gama Filho (RJ).

Durante 16 anos lecionou Filosofia brasileira nos cursos de mestrado e doutorado da Universidade Gama Filho. Concomitantemente, foi professor titular da UFRJ e também participou de um grupo de estudo relativo ao pensamento político brasileiro, seguindo as ideias de Miguel Reale, formado por Antônio Paim, Ricardo Vélez Rodríguez, Ubiratan Macedo e o embaixador Osvaldo Meira Pena.

Chegou ao Clube de Aeronáutica (CAER) em 2006 e, com sua personalidade cativante, gentil e com profundo conteúdo filosófico, tornou-se mentor do recém-criado grupo de estudos do nosso querido Clube, fundado em 1946.

Suas exposições, ao longo de nove períodos letivos, angariaram um crescente número de alunos, pelo seu conhecimento, por sua memória prodigiosa, por sua capacidade de correlacionar fatos históricos e, sobretudo, por sua fidalguia e respeito ao semelhante. Proporcionou, também, que florescessem grupos de estudo relacionados aos interesses nacionais. Por tudo isso, houve uma grande procura, e os cursos foram estendidos a não sócios.

Foi também o responsável por iniciar uma série intitulada “Ensaio”, publicada pela Editora Revista Aeronáutica, com o objetivo de tornar públicos assuntos da área do conhecimento inerentes ao pensamento brasileiro e ao universo aeronáutico. Elaborou três ensaios

fundamentais para o Curso do Pensamento Brasileiro: Ensaio 1, Filosofia Política; Ensaio 2, Culturalismo; Ensaio 3, Autoritarismo.

Em 2008, fez a doação do seu acervo bibliográfico e a entrega ao Departamento de Ensino da Academia da Força Aérea.

Por tudo isso, o CAER, por meio desta matéria, registra seu agradecimento especial a este grande militar e homem. Aproveita, ainda, para manifestar condolências e profundos sentimentos de solidariedade e apoio aos familiares.





O LIVRO NEGRO DO COMUNISMO

Carlos Ilich Santos Azambuja

“Matar o elefante é fácil. Difícil
é remover o cadáver”. (Gorbachev)

Em 1997, foi editado na França, e, em 1999, no Brasil, já tendo sido traduzido em 17 idiomas, o *Livro Negro do Comunismo*, organizado pelo historiador francês Stéphane Courtois, um ex-maoísta convertido em crítico feroz do marxismo. Ele argumenta que o crime é intrínseco ao comunismo, e não apenas um instrumento de Estado ou um *desvio stalinista*. Na França, o livro já vendeu mais de 170 mil exemplares, e, na Itália, a primeira edição, com 30 mil exemplares, está esgotada.

O livro, com 846 páginas, é fruto do trabalho de diversos historiadores e o primeiro compêndio abrangente dos crimes cometidos em todo o mundo pelos regimes comunistas e pelos partidos e movimentos revolucionários de inspiração marxista, desde a Revolução de Outubro.

Sobre este livro muito já foi dito, mas é preciso dizer mais e dizer sempre, pois o comunismo permanece insepulto!

Pela estimativa dos autores que tiveram acesso aos arquivos da antiga União Soviética –, as ações dos comunistas causaram cerca de 85 milhões de mortes. Destas, a maioria teria sido na China (60 milhões) e na ex-URSS (20 milhões). Na América Latina, os mortos teriam sido 150 mil, em Cuba, na Nicarágua e no Peru.

Eis a aritmética da matança: 60 milhões na China; 20 milhões na ex-União Soviética; 2 milhões no Camboja; 2 milhões na Coreia do Norte; 1,5 milhão no Afeganistão; 1 milhão no Vietnã; 1 milhão nos países da Europa Oriental; e 150 mil na América Latina. A lista dos crimes de Stalin contra a humanidade é especialmente longa e horripilante, envolvendo mais de 10 milhões de pessoas. Ele cometeu o crime de genocídio, conforme definido pelos tribunais internacionais, em diversas ocasiões: contra os kulaks russos, em que um genocídio de classe substituiu o genocídio de raça, em 1930-1932; contra os ucranianos, em 1932-1933; contra os poloneses, bálticos, moldavos e bessarábios, em 1939-1941 e, de novo, em 1944-1945; contra os alemães do Volga, em 1941, os tártaros da Crimeia, em 1943; os chechenos, em 1944; e os inguches, em 1944.

Em junho de 1934, foi realizado o XVI Congresso do Partido Bolchevique. Quando da votação para o Comitê Central, realizada por voto secreto, 292 delegados votaram contra Stalin, que ficou atrás de todos os demais candidatos. A vingança do ditador, assim desafiado pelos delegados, seria terrível. Em 1936-1938, Stalin liquidou 60 dos 63 membros da Comissão de Contagem de Votos, a maioria dos membros do próprio Comitê Central eleitos nesse Congresso (98 em 139 efetivos e suplentes).

Essa contabilidade do horror, no entanto, não chega a ser nenhuma novidade. Em 30 de outubro de 1997, quando do 80º aniversário da Revolução Bolchevique, o jornal *Izvestia* publicou uma ampla reportagem sobre essas matanças, sob o título “Outubro, 1917-1997”.

Recorde-se que, nas vésperas da Revolução de Outubro, Lenin abordou a questão do Estado em seu livro *O Estado e a Revolução*:

Aqui, o organismo de repressão é a maioria da população e não a minoria, como sempre tinha acontecido no tempo da escravidão assalariada. Ora, na medida em que é a maioria do povo que domina os seus próprios opressores, deixa de haver necessidade de um poder especial de repressão. É nesse sentido que o Estado começa a extinguir-se.

Trotsky tinha outra opinião:

Qualquer que seja a interpretação que se dê ao Estado soviético, uma coisa é incontestável: ao fim dos seus primeiros 20 anos, ele está longe de ter “definido”; ele nem sequer começou a “definir”; e o que é pior, tornou-se um aparelho de coerção sem precedentes na História. A burocracia, longe de desaparecer, tornou-se uma força incontrolável dominando as massas; o Exército, longe de ser substituído pelo povo em armas, formou uma casta de oficiais privilegiados na cúpula da qual apareceram marechais, enquanto o povo, exercendo a ditadura através das armas; nem sequer pode possuir uma arma branca em toda a URSS.

Segundo o *Izvestia*, o comunismo eliminou pelo menos 110 milhões de pessoas em todo o mundo. Ou seja, nos 23 países do chamado bloco comunista, dois terços do total das vítimas causado por todos os regimes ditatoriais do século XX.

A título de comparação, o jornal citou que a Alemanha nazista, no período de 1933 a 1945, foi responsável pelo extermínio de apenas 21 milhões de pessoas.

Para o *Izvestia*, Stalin pode ser considerado “o maior facínora do século”, cujo regime assassinou 42,6 milhões de pessoas. A seguir, aparece Mao Tsé-Tung, com 37,8 milhões, a partir de 1923, ou seja, muito antes de 1949, quando ele criou a República Popular da China.

Segundo o organizador do *Livro Negro do Comunismo*, os dados recolhidos por sua equipe estariam demonstrando que a violência é um elemento intrínseco à ideologia e à *práxis* comunista. Em seu longo prefácio, Courtois vai além, chegando a comparar o “genocídio de raça” (o Holocausto dos judeus), perpetrado pelos nazistas, ao “genocídio de classe”, teorizando e posto em prática pelos comunistas.

Um agora ex-comunista, Máximo D’Alema, que foi o Primeiro-Ministro da Itália, definiu o sistema soviético como “uma forma odiosa e terrível de opressão”, enquanto Pietro Ingrao, um ex-líder do Partido Comunista Italiano, sublinhou as “consequências nefastas” da “interpretação da política como enfrentamento militar”, típica de todo o pensamento leninista.

O livro é, em suma, o balanço de uma relação histórica entre comunismo e violência. Entre marxismo e despotismo. Foi escrito para aqueles que, em todo o mundo, pregam um retorno a Marx e ainda buscam fazer um boca a boca na *doutrina científica*, acreditando que ela não está totalmente desmoralizada, e ainda resta uma esperança.

O certo é que ela deixou marcas profundas. O tema de fundo da obra é a descrição do terror prolongado e ininterrupto como característica, essencial da política soviética desde que, em 1919, Lenin fundou o *Komintern*, definindo-o como “o estado-maior político e ideológico do movimento revolucionário do proletariado”.

Assim, tendo por base a estrutura orgânica do *Komintern*, e por seu influxo direto, surgiram todos os partidos comunistas do mundo e, sob sua égide, foi concretizado o sonho de Marx e Engels de construir uma organização mundial destinada a ganhar todas as nações para o comunismo, e, a partir daí, uma vasta e vaga nebulosa, denominada pelo vocabulário do *Komintern* como amplas massas.

Então, em troca da adesão ao *Komintern*, este outorgava aos demais partidos a patente de *revolucionários*, em uma relação periferia-centro que, por cerca de 70 anos, ficaria conhecida como *Movimento Comunista Internacional*.

A obsessiva imitação dos partidos comunistas de todo o mundo à imagem do PC Soviético recebeu o nome de *bolchevização*. Ou seja, uma ideologia compartilhada, onde a política passou a ser traduzida nos termos de uma linguagem simultaneamente sagrada e fictícia. Uma espécie de clero, destinado, como tal, não a ser comprometido, mas a ser acreditado piamente.

Após a Segunda Guerra Mundial, a indiscutível constatação, por todo o mundo, da contribuição da União Soviética para a derrota do nazismo, conduziu à não avaliação de que as nações “libertadas” pelo Exército Vermelho passaram a ser submetidas a um regime tão totalitário quanto o nazista, que havia sido derrotado.

Em todos os lugares em que o comunismo, sempre pela força, se instalou, ele produziu terror, sem exceções. Alguns poderão dizer: “*Ora, isso nós já sabemos há um tempão*”. Todavia, a importância e a novidade do *Livro Negro do Comunismo* residem na divulgação da ampla dimensão em que os autores realizaram o exame radiográfico desse regime de terror. Essa obra é a primeira pela qual se poderá aprender que não existe país onde, após instaurado um regime comunista, não tenha sido imposto, em seguida, um regime de terror.

Podem variar os mecanismos do exercício desse terror, a quantidade e a qualidade das vítimas, mas sempre, em todos os lugares – temos de repetir com força, **em todos os lugares** com idêntica ferocidade –, estiveram presentes a arbitrariedade e a enormidade do uso da violência para a busca e a manutenção do poder total.

Esse universalismo despótico é imanente à própria natureza do comunismo histórico. O *Livro Negro do Comunismo* oferece provas irrefutáveis de que é assim como descrevemos e, nesse sentido, os que ainda têm dúvidas poderiam perguntar-se se a forma despótica desenvolvida quando no poder não seria congênita à própria essência da doutrina. Os que, ingenuamente ou de má-fé, ainda tentam sua defesa assinalam que “o comunismo realmente existente foi uma forma degenerada do comunismo idealizado por Marx”. Dessa forma, Stalin ou Mao não teriam sido senão “desvios” ou “degenerações” do comunismo. Todavia, como e

por que motivos esses “desvios” ou “degenerações” ocorreram sempre, sem exceção, em todos os lugares?

Há várias respostas, mas a colocação de Trotsky, o comandante do Exército Vermelho, já em 1920, talvez seja a mais importante de todas: “colocada à revolução a tarefa da abolição da propriedade privada coisa que nenhum regime jamais tentara não haverá outro caminho a não ser o de um poder ditatorial”.

Diz a doutrina *científica* que todos os partidos comunistas conhecem as leis do desenvolvimento da história. Nesse sentido, quem crê conhecer essas leis se desresponsabiliza moralmente, pois acredita que aqueles que obstam a história devem ser varridos do mapa.

Uma das razões, talvez a principal, para se continuar a luta, sem esmorecimento contra a ocultação da natureza intrinsecamente totalitária e criminosa do comunismo, é a de que, mesmo tendo recuado consideravelmente depois do desmoronamento da União Soviética, ele prossegue sendo uma esperança para os inimigos da liberdade, sempre dispostos e ávidos a instalar a opressão em nome dos *oprimidos*.



REALIZAÇÕES DO GOVERNO CÍVICO-MILITAR (1964/1985)

Revista Manchete

Economia

- O Brasil passa a ser a oitava economia mundial. Era a 47ª.
- É alcançado um produto interno bruto (PIB) de 14%.
- Exportações crescem de US\$ 1,5 bilhão de dólares.
- Redução da inflação de 100% a.a para 12% a.a sem controle de preços a pleno emprego e sem massacre do funcionalismo público.
- PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo.
- Código Tributário.
- Código de Mineração.
- Zona Franca de Manaus.
- IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
- Banco Central criado em dezembro de 1964.
- ICM, IPI e ISS.
- Banco da Amazônia.
- SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Educação/Saúde

- Estatuto do Magistério Superior.
- Matrículas no ensino superior de 100 mil, em 1964, para 1,3 milhão, em 1981.
- Mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares.
- Estabelecimentos de assistência médica-sanitária aumentaram entre 1970/1984, de 6 mil para 28 mil.
- Crédito Educativo – Projetos Rondon e MOBRAL.
- Fomento e financiamento da pesquisa: CNPq, FINEP e CAPES.
- Cursos de Mestrado e Doutorado.
- Construção dos maiores estádios, ginásios, conjuntos aquáticos e complexos desportivos em diversas cidades e nas principais universidades federais.

Emprego Trabalho/Social

- Criação de 13 milhões de empregos.
- Conselho Nacional de Poluição Ambiental.
- INDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário.
- SFH – Sistema Financeiro Habitacional.
- BNH Banco Nacional de Habitação.
- Construção de 4 milhões de moradias.
- Leis do Inquilinato, dos Condomínios e Edificações.
- Regulamentação do 13º salário.
- INPS, IAPAS, Dataprev, LBA, FUNABEM e INAMPS.
- FUNRURAL. Uma das maiores obras sociais do século XX no Brasil, beneficiando 8 milhões de trabalhadores rurais.
- Programas de Merenda Escolar e Alimentação do Trabalhador (PAT).
- Criação do FGTS, do PIS e do PASEP.

Energia e Telecomunicações

- Criação da Eletrobrás, da Nuclebrás e subsidiárias, da Embratel e da Telebrás.
- Instalação da Usina Nuclear em Angra dos Reis (Angra I e Angra II).
- Pró-álcool; 95% da frota nacional de automóveis a álcool.


- Construídas mais de 30 usinas hidrelétricas, entre as quais as maiores do mundo: Tucuruí, Ilha Solteira, Jupia, Itaipu...
- Prospecção de petróleo em grandes profundidades na Bacia de Campos, com exportação de tecnologia.
- Telebrás implanta 12 milhões de linhas telefônicas; micro-ondas interligam todas as capitais; estação de satélite interliga o Brasil com o mundo todo; TV em cores em todo o país; transmissão de dados e internet; cabos submarinos de fibra ótica para os Estados Unidos e a Europa; DDD e DDI no país e para o mundo.

Política Administrativa

- É reestabelecida a autoridade por 20 anos.
- Extensão do mar territorial de 12 para 200 milhas marítimas.
- SNI – Serviço Nacional de Informações.
- LSN – Lei de Segurança Nacional.
- Reforma do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Reformas administrativas, agrária, bancária, eleitoral, habitacional, política e universitária.

Produção/Indústria/Infraestrutura

- Construção de quatro portos e expansão e recuperação de 20 outros, destacando-se Tubarão/ES e Sepetiba/RJ.
- Indústrias aeronáutica, naval, bélica e automobilística.
- Rede asfaltada ampliada de 3 mil para 45 mil quilômetros.
- Ferrovia da soja (Roca Sales-Passo Fundo) – Transamazônica.
- Rede ferroviária ampliada em 3 mil km e remodelada em 11 mil km.
- Frota mercante de 1 para 4 milhões de TDW (1974/1980).
- Corredores de exportação em Vitória, Santos, Paranaguá e Rio Grande.
- Produção de 70 milhões de toneladas de grãos. Criação da Embrapa.
- Duplicação da Rodovia Rio-Juiz de Fora e da via Dutra (Rio-São Paulo).
- Criação da EBTU: implantação do metrô nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza.
- Construção de eclusas na hidrovía Tietê-Paraná; em Sobradinho (São Francisco); início em Tucuruí (Rio Tocantins) e Boa Esperança (Rio Paranaíba).
- Criação da Infraero, proporcionando a construção, a modernização e a ampliação dos principais aeroportos brasileiros, destacando-se Galeão, Guarulhos, Brasília, Confins, Campinas, Viracopos, Salvador, Manaus e particularmente na Amazônia (COMARA).
- Implantação dos polos petroquímicos em São Paulo (Cubatão) e na Bahia (Camaçari).
- Construção de porto no Maranhão para a exportação de minério de ferro da Serra dos Carajás (CVRD).
- A Petrobrás aumenta a produção de 75 mil para 750 mil barris/dia de petróleo.
- Estruturação das grandes construtoras nacionais.



CONGRATULAÇÕES À ESQUERDA

Carlos Ilich Santos Azambuja

Hieronimus Bosh

“As feridas e os erros da esquerda precisam sangrar para que as insuficiências e incompreensões possam ser superadas”. (José Genoíno, *O Globo*, 06.02.1996).

Logo após a Revolução de 31 de março de 1964, que depôs o governo comunizante de João Goulart, as organizações, os grupos e os partidos de esquerda então existentes em nosso país, e logo após inúmeras outras organizações constituídas pelas bases radicalizadas do chamado “Partidão”, definiram como prioridade a derrubada do regime instituído, utilizando como tática a violência armada e todas as formas de luta, conforme prescrevem os manuais do marxismo-leninismo.

Esse projeto de luta armada, no entanto, vinha sendo alimentado desde antes de 1964, estimulado pelo exemplo da revolução cubana. Isso sem falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na melhor tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, determinado pelo Komintern.

É notório que já no governo Jango existiam grupos voltados para essas formas de luta “mais avançadas”, segundo o jargão marxista.

Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento de um ex-guerrilheiro urbano, membro dirigente, nos anos 1960, da Dissidência da Guanabara e, depois, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, preso, banido do país e posteriormente anistiado:

(...) Antes da radicalização da ditadura, em 1968, e antes mesmo de sua própria instauração, em 1964, estava no ar um projeto revolucionário ofensivo. Os dissidentes se estilhaçariam em torno de encaminhamentos concretos, formando uma miríade de organizações e grupos, mas havia acordo quanto ao nó da questão: chegara a hora do assalto.¹

Os sequestros de aviões, de diplomatas estrangeiros, os roubos de armas, os atentados terroristas, os assaltos a agências bancárias, a estabelecimentos comerciais e até mesmo a residências, os ataques a quartéis foram transformados em tática militar e precederam o que é denominado “radicalização da ditadura”, em dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5.

Em 1970, ao assumir a presidência da República, o General Garrastazu Médici definiu como prioritário o fim do terrorismo, e para isso criou os DOI/CODI. No entanto, Marighela não mais existia, pois havia sido morto em uma via pública, em São Paulo, no ano anterior. Essa via pública, assim como tantas outras, foi definida, posteriormente, pela Comissão de Mortos e Desaparecidos, como um local assemelhado a uma dependência policial ou sujeita à administração militar.

Ele, Marighela, que a Inteligência cubana imaginava transformar no sucessor de Che Guevara (*vide A Revolução Impossível*, de Luis Mir), havia deixado um testamento que iria ser responsável

por uma montanha de mortos entre os que seguiram seus ensinamentos: o *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*.

Lamarca, no entanto, que traiu o Exército, sua mulher e seus filhos, ladrão de armas, assaltante de bancos, sequestrador e assassino de inocentes de forma vil, como a morte a coronhadas do Tenente Alberto Mendes Junior, no Vale da Ribeira, ainda viveria até o ano seguinte. Em setembro de 1971, seria morto no sertão da Bahia, local que a Comissão de Mortos e Desaparecidos definiu que era sujeito à administração militar, para, assim, indenizar sua mulher, que já era pensionista de seu marido.

Em agosto de 1979, com as guerrilhas urbana e rural erradicadas e o país pacificado, o Presidente Figueiredo assinou a lei que concedeu uma anistia ampla, geral e irrestrita. Essa lei libertou todos os que se encontravam presos.

Em maio de 1985, a chamada Nova República legalizou os partidos clandestinos graças a uma emenda constitucional de autoria do então deputado federal pelo PMDB, Roberto Freire (ele próprio dirigente de um desses partidos clandestinos, o PCB).

A partir de então, o aparelho burocrático do governo passou a ser tomado, de forma lenta, gradual e segura pela esquerda, derrotada, anistiada, mas não conformada. Os Órgãos de Inteligência, na era Collor, foram desmantelados, e as Forças Armadas economicamente sufocadas, restando-lhes uma única função: sobreviver.

A Constituição cidadã, de 1988, propiciou centenas de retornos às Forças Armadas. O Estado promoveu-os e pagou por isso. Também os demitidos e expulsos, foram reincorporados a partir de 1985, e promovidos.

Como se isso não bastasse, uma Comissão, denominada “Mortos e Desaparecidos Políticos”, foi constituída e recompensou – e continua a recompensar – as famílias daqueles que livremente escolheram o caminho da luta armada, sequestraram, assaltaram e mataram, sendo, afinal, mortos por aqueles que, constitucionalmente, cumpriam suas obrigações de defender a lei e a ordem, coerentes com o juramento que fizeram ao entrar para a carreira militar, de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida.

Do lado dos que se opuseram que a Pátria fosse transformada em uma república popular democrática, vidas preciosas foram perdidas, muitas famílias ficaram sem os seus chefes, mas nenhuma delas, em todos esses anos, nada reivindicou.

Com relação, especificamente, ao caso de Carlos Lamarca, a relatora na Comissão de Mortos e Desaparecidos, uma ex-guerrilheira urbana, afirmou cinicamente que a repressão não respeitou a Convenção de Genebra e que, “como os guerrilheiros do Araguaia, ele (Lamarca) fez, também, prisioneiros aos quais respeitou a integridade”, e afirmou, também, que o redator da lei que proporciona a recompensa às famílias dos mortos pela repressão, então chefe do gabinete do Ministério da Justiça, legislou por conta própria, e que “foi vontade do legislador incluir os que morreram em combate direto com as forças repressivas”.

Parabéns às esquerdas. Vocês chegaram lá utilizando os meios pacíficos. Afinal, essa é uma forma de luta também revolucionária.

¹ REIS, Daniel Aarão. Esse Imprescindível Passado. In: *Teoria e Debate*, julho/agosto/setembro de 1996. Atualmente, Daniel é professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

A DECADÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

igm@gandramartins.adv.br

O livro do Padre Robert A. Sirico, intitulado *A Economia das Parábolas* (LVM Editora, 2023), que analisa a atualidade das lições de Cristo em relação à ética na economia, assim como a recente pesquisa do Instituto Sueco V-Dem sobre o mundo ter mais ditaduras do que democracias plenas (publicada no *Estado de São Paulo*, p. A10, 23.05.2023), levaram-me a escrever este artigo para refletir um pouco sobre o momento político brasileiro.

No estudo da instituição da Suécia, o Brasil aparece como uma democracia relativa, denominada eleitoral e em decadência, pois, a partir do direito de votar, os representantes do povo fazem o que desejam independentemente da vontade da sociedade, só voltando a com ela preocupar-se na proximidade das eleições seguintes.

Acrescento que, no Brasil, a Suprema Corte, nada obstante a qualidade e a formação de seus Ministros, tornou-se, em parte, um poder técnico, como idealizou o Constituinte, em parte, um poder político, com intervenção direta nos outros Poderes, o que não foi a intenção dos promulgadores da Constituição de 1988. Na época, por vir o país de um sistema constitucional, em que o Executivo predominava em importância sobre os demais Poderes, durante 20 meses discutiram, deputados e senadores, com força constituinte, como fazer do país uma democracia plena, com poderes harmônicos e independentes. Exhaustivamente definiram a competência de cada Poder (artigos 44 a 135), não permitindo a invasão de competências, como se percebe nos artigos 103, § 2º, e 49, inciso XI, realçando a relevância democrática de cada um deles, a saber: colocou o Legislativo em primeiro lugar (artigos 44 a 69), por lá estar a representação de toda a nação (situação e oposição); o Executivo em segundo lugar (artigos 76 a 91), por lá estarem apenas os representantes da situação; e o Judiciário em terceiro lugar (artigos 92 a 135), por não ser um Poder representativo do povo, mas intérprete e aplicador, nas divergências, de lei que não elabora.

A imagem brasileira, todavia, vem sendo desfigurada na percepção internacional por força, a meu ver, de três fatores que influenciaram decididamente neste decréscimo da plena democracia no país, ou seja, a falta de liturgia de cargo do presidente

anterior, a politização da Suprema Corte e a redução da liberdade de expressão no país, com controle de conteúdo cada vez maior das redes sociais e dos próprios veículos tradicionais.

O país, por outro lado, teve uma eleição em que 60% do eleitorado não sufragou o nome do atual presidente. Dos 150 milhões de eleitores cadastrados, apenas 60 milhões nele votaram, 58 milhões votaram no ex-presidente, 7 milhões votaram em branco ou anularam, e 25 milhões não foram às urnas.

Em uma nação assim dividida, o ideal para um presidente com uma base eleitoral tão frágil seria procurar a unificação nacional, fazendo um governo de conciliação das feridas eleitorais e pacificação ideológica.

A verdade é que, do pragmático presidente de 2003, o Brasil conheceu um novo presidente, ideológico com exibição de suas preferências pelas ditaduras da Venezuela, de Cuba, da Nicarágua, da Rússia e da China, além de reviver antigas teses que fracassaram na América Latina e na União Soviética, como a do fortalecimento das estatais, foco maior e permanente de corrupção do mensalão e lava-jato, a do combate à reforma trabalhista e a da responsabilidade fiscal, com a implosão do teto de gastos, além do aumento de despesas certas com receitas incertas, assim como um desejo de vingança, não ostentando, pois, a grandiosidade de um Mandela, mas a pequenez de um Maduro.

A natureza humana no poder, como procurei traçar no meu livro *Uma Breve Teoria do Poder* (4. ed. Resistência Cultural, Prefácio de Michel Temer, 2022), nunca é confiável, razão pela qual Monte Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), ao ser criticado sob a alegação de que Poder dividido não é Poder, em seu famoso livro sobre a tripartição de Poderes, respondeu que a falta de confiabilidade do homem no Poder impõe o controle do Poder pelo Poder. E sobre o Judiciário escreveu:

Ainda não há liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executor. Se fosse unido ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, porque o juiz seria legislador. Se ele estivesse ligado ao Poder Executor, o juiz poderia ter a força de um opressor. (*Do Espírito das Leis*, Livro XI, Capítulo IV)

Vivemos, pois, no país, como demonstra o Instituto Sueco, uma democracia decadente, que precisaria ser revitalizada, a meu ver, com o retorno da espinha dorsal da Carta da República, que é a harmonia e a independência dos Poderes, bem como os princípios econômicos do Título VII, sendo que, pela primeira vez, se falou em livre-concorrência em um texto constitucional, ao lado da livre-iniciativa e da justiça social, das quais a ética deveria ser o fio condutor, como Padre Sirico demonstra em seu livro sobre economia à luz das parábolas de Jesus.



Logo de apaziguados os ânimos exaltados, devido ao recente processo eleitoral, o, ainda ligeiro, distanciamento histórico começa a permitir um mínimo de serenidade para reavaliar as posições antagônicas, dentro das Forças Armadas, sobre o justo papel político a ser desempenhado pelos militares, em um regime democrático.

Ficou no passado, na vigência do mandato anterior, o momento em que ainda era cabível uma discussão sobre a legalidade (artigo 142 da Constituição Federal) de uma eventual interferência dos militares – sempre considerando a possibilidade de que a vontade da maioria não tivesse realmente prevalecido, na eleição para Presidente da República, e da perspectiva amoral, hoje lamentavelmente consumada, de ter um corrupto condenado ocupando o cargo máximo do Poder Executivo e o Comando Supremo das Forças Armadas – sem que essa discussão em si, uma simples troca de opiniões, pudesse ser considerada uma afronta ao Código Penal ou um atentado terrorista contra a democracia.

Hoje o que temos é um governo de fato, que, à força, persegue uma exótica tentativa de mudança para um regime socialista, e que se mantém às custas de um enorme e incomum esforço de intimidação jurídica e policial.

A impressão que se tem é a de que o Estado patrimonialista, dentro de seu *conatus* (instinto de preservação), como bem rotulou Espinosa, volta-se agora contra a sociedade civil, tentando se preservar como essência, repelindo e anulando as tentativas das administrações anteriores em buscar um aumento da eficiência administrativa, por meio da redução de regalias públicas, da descentralização de poderes, do aumento da produção, de uma redistribuição mais equitativa da renda e da redução da burocracia estatal.

Se, nesse embate, os indivíduos continuarem a ter seus direitos naturais, como a liberdade de expressão, suprimidos pelo Estado, eles se rebelarão, inevitavelmente, obedecendo a seu próprio *conatus*, o que, embora compreensível, ocasionaria, certamente, um nível inaceitável de convulsão social.

Na área militar, embora havendo uma momentânea postura de neutralidade e submissão ao controle civil, como claramente obriga o regulamento, o debate, no entanto, não se esgota na ilusória aparência de estabilidade.

Até porque, sabem os militares que, em um caso extremo de ruptura da ordem pública, serão, como o fiel da balança, certamente convocados para seu restabelecimento.

E, consciente disso, o novo governo já toma suas providências para reduzir pelas vias legais a amplitude de participação constitucional das Forças Armadas na vida política da nação, buscando limitá-las exclusivamente ao cumprimento da missão de defesa contra ameaças externas, o que, pela Constituição vigente, é apenas parte de suas atribuições.

Minha ideia, no presente artigo, é continuar abordando essa discussão pelo prisma filosófico, buscando um entendimento maior sobre os motivos que determinaram a conduta dos Comandantes da Aeronáutica e do Exército e terminaram por nos dividir nesse período conturbado.

E, para fazê-lo, desta vez, ao invés de focar a natural posição dos militares como fiadores do “pacto social”, como imaginaram Hobbes e Locke, procurarei fazê-lo por um ângulo diferente: o da guerra, razão primária da existência dos militares.

A guerra hoje é, certamente, muito mais complexa do que ao tempo de Sung Tzu e, mesmo, de Clausewitz...

Às tradicionais formas de guerra, com armamento usual, psicológica, econômica, radiológica, nuclear ou radioativa, biológica, bacteriológica ou virótica, cibernética, eletrônica ou informática e química, vieram a se juntar recentemente dois novos tipos: a informacional, cujo cerne é o controle de narrativas; e a cultural, cujo objetivo é neutralizar a cultura do inimigo, substituindo-a por outra, capaz de remodelar o imaginário coletivo, pelo controle da linguagem e da subversão de conceitos fundamentais (família, religião, Pátria), sem que esse se aperceba da infiltração lenta e constante de novas ideias, costumes e valores.

Como defensores da sociedade, os militares devem estar preparados para combater em todo tipo de conflito. E deveriam, mesmo, ter compulsão por travar batalhas, uma verdadeira vontade de potência (como mencionou Nietzsche), cabendo unicamente à classe política a contenção desse ímpeto de belicosidade.

No entanto, no recente imbróglio sobre intervenção militar, foi, sobretudo, a decisão de evitar um conflito – absenteísmo da maioria dos comandantes militares –, se não a única ação responsável pela atual conjuntura, a que deixou de impedir, em última instância, que ela se instalasse.

E, com ela, instalou-se também um cenário paradoxal, onde as Forças Armadas passam a enfrentar um quadro dicotômico de coexistência – que obriga seus comandantes a uma constante hipocrisia – eivado de vícios, que afrontam seus valores morais basilares.

Os que advogam o absenteísmo militar, quando consequencialistas, baseiam-se na alegação de que os benefícios de um conflito interno nunca superam seus malefícios (a exemplo da diuturna crítica parcial da mídia, após a queda do regime militar instaurado pela Revolução de 1964, impondo continuado desgaste à imagem da instituição), ao passo que, se deontologistas partem da ideia de que esse conflito seria intrinsecamente errado, pois violaria o dever constitucional da subordinação militar ao governo civil eleito.

Ambas as alegações, embora aceitáveis dialeticamente, constituem vertentes de um certo tipo de pacifismo militar, o que é paradoxal, já que o militar tem como razão de ser tanto a defesa da sociedade quanto a administração da guerra. E, como já disse, deveria estar preparado para o enfrentamento de todo tipo de embate, seja físico ou intelectual, externo ou interno.

Embora hoje considerado secular (sem caráter religioso), esse pacifismo militar tem origens canônicas. Os primeiros cristãos, baseados na Bíblia (oferecimento da outra face...),



**REFLEXÃO
FILOSÓFICA
SOBRE O PAPEL
DOS MILITARES**

viam na mensagem de Cristo uma proibição à guerra e, por isso, opunham-se a todo uso da violência, mesmo com fins exclusivamente defensivos.

Essa posição, no entanto, passou a impedir a defesa do mundo cristão dos ataques de seus inimigos, terminando por levar à elaboração de uma terceira teoria ética: a da “guerra justa”.

Embora com antecedentes em Aristóteles e Cícero, é comum considerar Santo Agostinho o criador da teoria da guerra justa. Depois dele, outros nomes importantes na tradição cristã da guerra justa foram: Santo Tomás de Aquino; Francisco de Vitória; e Hugo Grócio. Pensadores que, de uma forma geral, articularam e aprimoraram o conceito.

Nessa teoria, um dos principais pontos é a enumeração dos princípios que visam determinar quando seria legítimo recorrer ao conflito ou à guerra (*jus ad bellum*).

As exigências do *jus ad bellum* são: causa justa; reta intenção; autoridade apropriada; último recurso; probabilidade de sucesso; proporcionalidade.

Uma simples análise desses seis princípios mostra que os três primeiros são, também, deontologistas, ao passo que os três últimos, consequencialistas.

Considerando que as guerras são por definição “conflitos armados que acontecem por diferentes motivos, como desentendimentos religiosos, interesses políticos e econômicos, disputas territoriais, rivalidades étnicas, entre outras razões”, seria bastante razoável equipará-las, didaticamente, a um eventual conflito interno, decorrente da guerra cultural, que pudesse redundar da interferência dos militares no recente processo eleitoral.

E, nesse ponto, é bem possível que o leitor, equilibrado, estranhe esse tipo de apropriação, talvez por proporcionalidade, já que a guerra possuiria, no imaginário comum, dimensão significativamente maior.

A esses, lembro nossos episódios históricos de guerrilha comunista urbana e rural, que permitem ver com clareza até que intensidade podem chegar os conflitos internos, sobretudo quando estimulados pela geopolítica mundial.

Os esquerdistas sempre rotularão minha equiparação como inaceitável, por entenderem que representariam ação de tutela das Forças Armadas sobre a sociedade.

Com esses, argumento que a pontualidade da intervenção, como requer o artigo 142, não sugere essa via de raciocínio, a não ser de forma forçadamente retórica.

Aos extremistas à direita, os que, inconformados, fazem incorreta analogia das Forças Armadas a “cães de defesa, mantidos no quintal da sociedade para defendê-la”, que poderiam desclassificar essa abordagem pela ausência de necessidade de justificar legalmente um ato de guerra (*“inter arma silent leges”*), repilo a metáfora pelo fato de que militares são racionais e agem sempre a partir de sólidas convicções e valores morais.

Desse modo, cabe analisar esse eventual conflito, a partir de suposta aplicação do artigo 142, sob a luz dos princípios da teoria da “guerra justa”.

No que se refere à causa justa, parece-me que – deixando de lado a hipótese de que o resultado das urnas não refletisse a vontade da maioria (algo incerto, como bem atestou o Ministério da Defesa, mas difícil de ser comprovado) – a simples habilitação, isoladamente por um dos poderes constituídos, de um candidato sem os devidos requisitos regulamentares e condenado em três instâncias judiciais, bastaria, em meu ponto de vista, para atender a esse princípio.

A reta intenção restaria clara no próprio texto do remédio constitucional, quando detalha os procedimentos a serem seguidos, até a restauração do equilíbrio entre os poderes e o restabelecimento da lei e da ordem.

Considerando ainda a prescrição constitucional, acrescida da falência prévia no entendimento político entre os poderes, a única autoridade apropriada para sua aplicação seria, sem sombra de dúvida, a instituição militar. E isso representaria um último recurso legal para impedir uma ilegitimidade.

No que se refere aos dois últimos princípios, a própria constituição das Forças Armadas, seu preparo estratégico e seu histórico de participação capilar na vida do país, garantiriam o sucesso e a proporcionalidade, em uma empreitada como essa.

Desse modo, tão cristalina é essa conclusão, que parece curioso que, por simples dever de ofício, não tenha sido considerada a iniciativa de intervenção pelos comandantes da Aeronáutica e do Exército.

Já mencionei anteriormente um certo utilitarismo moral (comodismo) nessa decisão, o que não deixa de ser, também, uma forma de pacifismo, mas hoje acho que, acima de tudo, houve falta de pensamento crítico por parte dos comandantes militares.

Fosse pela via moral, pela *eudamonia* (a busca da felicidade pela atitude ética), pela pura defesa da sociedade ou, finalmente, pela natureza militar, como resta agora também comprovado, o que talvez mais tenha faltado a esses comandantes tenha sido uma base filosófica, que lhes permitisse considerar, com clareza, todos esses ângulos.


Consumado o fato, é compreensível (e lamentável) que a sociedade, decepcionada, despreze momentaneamente suas Forças Armadas, ao ponto de duvidar da necessidade de sua existência, mas, contra esse argumento, resta também o fato de que não haja no mundo nenhum país com as dimensões e os recursos naturais que possuímos que possa prescindir de Forças Armadas capazes de defendê-lo.

Imagino que a confiança da sociedade em seus militares venha a ser recuperada, sobretudo, considerando a história e o grau de participação destas no dia a dia da Nação.

No entanto, para que essa profunda ferida seja curada, será necessário que as Forças Armadas decidam, na tempestade social, que claramente se avizinha, se desejam funcionar como instrumento garantidor da vontade da maioria da sociedade ou como uma classe especial, fechada em si mesma, com sua própria agenda, alheia aos grandes temas nacionais, atuando apenas em favor de uma minoria política que, utilizando-se de subterfúgios, ocupa temporariamente o poder.

CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

43 anos realizando o sonho da casa própria!



Na CFIAe, você pode realizar o sonho da casa própria com as melhores condições do mercado!

Concedemos financiamento habitacional para construção, reformas, regularização de imóveis e complementação de poupança para aquisição de imóveis.



Seção de Relacionamento e Vendas (SRV)
Telefone: 21 2174-7630/21 97284-9629

Av. Marechal Câmara, 233 - 11º andar
Castelo - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20020-080

Conheça a CFIAe





LULA DIZ QUE A AMAZÔNIA NÃO É SÓ NOSSA. A NAÇÃO NÃO CONCORDA!

Luiz Eduardo Rocha Paiva
Gen Bda Veterano

“Preocupam-me (...) e a postura estranha do governo em relação a questões relevantes que dizem respeito à própria soberania e à integridade nacionais. Trata-se (...) principalmente da Amazônia. (...) penso até que ele esteja ‘entregando’ o Brasil aos interesses internacionais, particularmente aos norte-americanos” (então Tenente Coronel Rocha Paiva, 1991).

Em 1991, havia forte pressão de organismos internacionais e algumas potências, inclusive dos EUA, para o Brasil demarcar a terra indígena (TI) Ianomâmi. A ameaça de boicote à Conferência ECO 92, no Rio de Janeiro, estava atrelada a essa demarcação. Em junho daquele ano, o então Presidente Collor viajou aos EUA e, coincidência ou não, aquela colossal TI foi demarcada em novembro de 1991.

Mas não parou ali. Desde então, e até 2016, imensas TI e Unidades de Conservação (UC) foram demarcadas, e hoje cobrem 30% do território nacional. Houve cessão voluntária de nossa soberania pelos sucessivos governos de esquerda, como se soberania fosse mercadoria de balcão de negócios. Na verdade, o cerne da questão amazônica não é de cunho militar até o momento, haja vista as pressões e ameaças para a demarcação de tantas e tão gigantescas TI e UC estarem restritas aos campos político, econômico e sociocultural. Com os governos sempre cedendo a essas pressões, é inútil ter Forças Armadas (FA) potentes, pois o controle alienígena sobre a Região será consolidado sem a necessidade de empregar seu poder militar de forma direta.

A soberania na Amazônia brasileira é mera ilusão, não cabendo mais defendê-la e sim retomá-la. Porém, a volta de Lula ao Executivo, considerando seu histórico, não indica essa retomada, pois o absurdo das políticas petistas não ficou só nas demarcações. Em 2007, o governo Lula votou a favor da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas (DUDPI) na ONU. Alguns artigos da Declaração preconizam que, nas TI, eles tenham direito a: autogoverno e livre-determinação da sua condição política; instituições políticas e sistemas jurídicos próprios; pertencer a uma comunidade ou “nação indígena”; concordar ou não com atividades militares, estando muitas TI na Faixa de Fronteira; e a recusar medidas administrativas e legislativas do governo. É uma autonomia maior do que a dos estados da Federação. Povo, território, nação, autogoverno, autodeterminação e instituições políticas e jurídicas caracterizam um Estado. Votar a favor da DUDPI foi aceitar nações autônomas no Brasil, ameaçando a soberania que deveria proteger.

Os que defendem a DUDPI apontam o artigo 46 como salvaguarda, pois ele diz que a Declaração não poderá ser usada contra a unidade política e a integridade territorial do país signatário. Porém, nada diz sobre a soberania, porque os signatários dela abdicaram ao aceitar os direitos acima listados. Entretanto, esses defensores omitem o artigo 42, pelo qual o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU) seria empregado para fazer cumprir a Declaração. O CS pode decretar intervenções militares.

O indígena nunca foi ameaça e sim um pretexto para ameaças. Ele tem direito às suas terras e ao justo retorno do que elas produzam, tanto para o seu bem quanto para o bem de seus irmãos brasileiros. Projetos em TI devem ter indígenas na direção e entre os funcionários contratados.

Na campanha eleitoral de 2022, Lula declarou que as decisões tomadas em foros internacionais voltados à governança global e à segurança ambiental, particularmente no CS/ONU, deveriam ser adotadas sem passar pelos legislativos nacionais. O atual Presidente, contrariando a Constituição Federal (CF/ artigo 49), propôs submeter nossa soberania a entes internacionais, cujos membros não são eleitos por nós, não conhecem o Brasil e têm interesses diferentes ou conflitantes com os nacionais. O governo pode votar a favor, mas não ratificar tratados internacionais sem a aprovação do Congresso, assim, a DUDPI não entrou em vigor, estando arquivada no Senado. Sua aprovação, com base no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2009), será retomada no atual governo.

John Kerry, enviado especial de Joe Biden, em reunião com a Ministra Marina Silva, em 28 de fevereiro, disse que a Amazônia pertence a todos. Em meados de abril, Lula o endossou declarando: “a Amazônia não é só nossa” (...) Embora o Brasil seja dono soberano do território da Amazônia, nós temos de abrir para a ciência do mundo inteiro ajudar a pesquisar, o bioma tem de ser explorado cientificamente com a participação do mundo inteiro”. O empenho pela demarcação de tantas TI e UCs e pela limitação de nossa soberania nessas regiões vai muito além do propósito de pesquisas científicas. O Presidente Lula reconheceu em 2005 que “estava sendo pressionado pela USP, pela OEA e pelas ONGs europeias” na demarcação da TI Raposa Serra do Sol.

O conjunto da obra revela subordinação a interesses alienígenas e falta de visão de futuro. A Amazônia não pode continuar refém de governos de plantão contaminados por ideologias internacionalistas e/ou radicais de qualquer matiz. Ela tem de estar em um Projeto de Estado apartidário, ouvidos os demais Poderes, sociedade e instituições, em especial o Itamaraty e as Forças Armadas. “Se a Nação não compreender isso, claramente, continuará a criar, ela própria as condições objetivas para a ingerência internacional no sentido de impor uma soberania compartilhada na Região” (General de Brigada Rocha Paiva, 2006). Infelizmente, a Nação ainda não o compreendeu.

A soberania é um Fundamento da República (CF/artigo 1º). Presidentes e vice-presidentes prestam o compromisso de “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (CF/artigo 78). As forças vivas da Nação, instituições nacionais, sociedade civil e mídia, e lideranças patrióticas, devem vigiar e atuar legalmente para que esse compromisso seja honrado.

NÃO SE DESAFIA O SISTEMA IMPUNEMENTE

Rodrigo Constantino

Economista

Revista Oeste

Eis o que sabemos com clareza hoje: quem quer que tente desafiar todo um sistema corrompido e poderoso será alvo de sua fúria e retaliação. Aconteceu nos Estados Unidos com Donald Trump, um *outsider* que pretendia “drenar o pântano” em Washington. Aconteceu com Jair Bolsonaro no Brasil, um deputado de baixo clero, que acabou se tornando presidente contra quase todas as expectativas e esforço do próprio sistema.

Nos Estados Unidos, a demonstração de força do “*deep state*” foi imediata: desde o começo de seu governo, Trump enfrentou investigações do FBI com base em dossiês forjados pelos próprios opositores democratas, a imprensa bateu na tecla do conluio com os russos, o presidente sofreu *impeachment* na Câmara por conta de pura fumaça, e por aí vai. Não houve qualquer sossego, e a pressão da máquina para destruir o magnata excêntrico foi impressionante e sem precedentes.

No Brasil vimos basicamente a história se repetir com Bolsonaro. A velha imprensa passou a demonizar o presidente de direita com os rótulos mais depreciativos existentes, reservados aos piores tiranos genocidas do mundo. Tudo era motivo para bater em Bolsonaro, espalhar a tese de ameaça fascista, unir esforços para retirá-lo do poder.

São muitos interesses obscuros dependentes do *status quo*, de um estado hipertrofiado e corrupto, com suas torneiras irrigando cofres de muitos companheiros. No setor bancário, uma cartelização conveniente; na indústria, o velho protecionismo comercial; as empreiteiras grandes necessitam da corrupção em obras públicas como as plantas precisam de água; sindicatos só pensam em mamar nas tetas estatais; artistas ficam de olho nos projetos aprovados pelo governo; funcionários públicos desejam manter privilégios; a velha imprensa adora as polpudas verbas de publicidade etc.

Pensar que alguém vai declarar guerra a todo esse mecanismo podre e sair ileso é otimismo demais. Achar que vai conseguir isso “jogando nas quatro linhas da Constituição” o tempo todo,

enquanto os adversários chutam a canela, socam abaixo da cintura e jogam sujo, aí já é uma perigosa ilusão, mesmo. E, pelo visto, muito bolsonarista apostou nessa ilusão. O “mito” jogava xadrez 4D, cada passo era milimetricamente calculado, tudo estava sob controle, no momento certo, em 72 horas, haveria o xeque-mate!

Parece que o desenrolar da novela não foi exatamente de acordo com o *script*. Bolsonaro chora em público ao ser alvo de uma operação da Polícia Federal por conta de um cartão de vacina da Covid, seu ex-assessor foi preso, pois o sistema claramente ansiava por seu telefone, o ex-Ministro Anderson Torres segue preso sem crime, o deputado Daniel Silveira, que recebeu a graça presidencial, continua atrás das grades, e vários jornalistas independentes, que enxergavam as virtudes do governo e denunciavam os truques escancarados do sistema, foram censurados, tiveram contas bancárias congeladas e até passaportes cancelados, como no meu caso.

A ditadura avançou rápido demais, pois ministros supremos não enxergam quaisquer barreiras ao seu abuso de poder. O arbítrio compensa, já que há um cúmplice no comando do Congresso e os militares devem estar mais preocupados com pintar algumas ruas pelo país. Foi tudo dominado, à exceção, talvez, da Câmara, onde ainda há alguma resistência heroica, como vimos na PL da Censura adiada e na derrubada do decreto que destruíu o Marco do Saneamento.

Na velha imprensa, os militantes do sistema vibram com a operação policial a mando do Ministro Alexandre, cujo inquérito ilegal é elástico ao infinito e consegue abarcar simplesmente tudo. Se ministro petista era pego com mais de 50 milhões de reais em malas no seu apartamento, o ajudante de ordens de Bolsonaro tinha 35 mil dólares, sendo que ele tem filhos no exterior. Mas teve “jornalista” que tratou essa quantia em espécie como mais que suspeita: como prova de crime!

O esforço em igualar Bolsonaro a Lula no quesito ética é homérico. Na verdade, o intuito é colocar Bolsonaro como corrupto, e

Lula como perseguido político. No país cujo sistema judiciário solta traficante e ainda devolve seu helicóptero, eis que a suspeita de adulteração em um cartão de vacina de Covid passa a ser “crime hediondo”. É tudo tão patético que foi arquitetado para isso mesmo: mostrar quem manda, não importa qualquer embasamento legal.

Já pulamos essa etapa do verniz de legalidade de faz tempo. Bolsonaro foi condenado antes de qualquer crime. Agora é só encontrar alguma coisa qualquer ou, se for preciso, inventar. Já temos, afinal, presos políticos no país, sem qualquer crime cometido, já que não existe o “crime de opinião” previsto no Código Penal ou na Constituição. O sistema podre e carcomido exhibe sua força em praça pública, tal como faz a máfia. Manda quem pode, obedece quem tem juízo e quer sobreviver.

Mas a máfia nunca se dá por satisfeita com essa imagem de tirânica e cruel. Ela quer mais: ela quer o manto da legitimidade, ela quer a aparência de decência. Não basta perseguir críticos e concentrar todo o poder para sua pilhagem da coisa pública. É preciso ir além. É preciso usar esse poder para humilhar e para obrigar todos a reconhecerem em público, ainda que sob a mira de uma arma oculta, o quão maravilhosa essa máfia é para a sociedade, para o mundo.

Ladrões comuns costumam se contentar com o fruto do roubo. Esse sistema mafioso é muito pior: quer nos escravizar e roubar, mas demanda que reconheçamos publicamente como são fantásticos na “defesa da democracia”. É aí que entram a ideologia esquerdista e as prostitutas midiáticas intelectuais prontas para defendê-la. Mexer com essa gente é mexer em um vespeiro. Há consequências, como muitos de nós sabemos bem. Mas se curvar diante dessa turma não é uma opção para quem preza a liberdade, tem dignidade e não aceita sacrificar sua consciência.



IANOMÂMI! QUEM?

Roberto Gama e Silva
Contra Almirante REF

Nos tempos da minha infância e da minha adolescência, em Manaus, minha cidade natal, nunca ouvi a mais leve referência ao grupamento indígena denominado Ianomâmi, nem mesmo nas excursões que fiz ao território, acompanhando o meu avô materno – botânico de formação – na sua incessante busca por novas espécies de orquídeas. Tinha eu absoluta convicção sobre a inexistência desse grupo indígena, principalmente depois que aprendi que a palavra “ianomâmi” era um nome genérico aplicado ao “ser humano”.

Recentemente, caiu-me nas mãos o livro *A Farsa Ianomâmi*, escrito por um oficial do Exército Brasileiro, de família ilustre, o Coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto.

Credenciava o autor do livro à experiência adquirida em duas passagens demoradas por Roraima: a primeira, entre 1969 e 1971, como comandante da Fronteira de Roraima/2º Batalhão Especial

de Fronteira; a segunda, 14 anos depois, como Secretário de Segurança do antigo Território Federal.

Menna Barreto procurou provar que os Ianomâmi haviam sido criados por alienígenas, com o intuito claro de configurar a existência de uma “nação” indígena espalhada ao longo da fronteira com a Venezuela. Para tanto, citou trechos de obras publicadas por cientistas estrangeiros que pesquisaram a região na década de 1910, notadamente o alemão Theodor Koch-Grünberg, autor do livro *Von Roraima zum Orinoco, reisen in Nord Brasilien und Venezuela in den Jahren 1911-1913*.

Embora convencido pelos argumentos apresentados no livro, ainda assim continuei minha busca atrás de uma personalidade brasileira que tivesse cruzado a região, em missão oficial do nosso governo, e que tivesse deixado documentos arquivados na repar-



tição pública de origem. Aí, então, não haveria mais motivo para dúvidas. Definido o que deveria procurar, foi muito fácil selecionar o nome de um dos “Gigantes da Nacionalidade”, embora pouco conhecido pelos compatriotas de curta memória: Almirante Braz Dias de Aguiar, o “Bandeirante das Fronteiras Remotas”.

Braz de Aguiar, falecido em 17 de setembro de 1947, ainda no cargo de chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão, prestou serviços relevantes ao país durante 40 anos corridos, sendo destes 30 anos dedicados à Amazônia, por ele demarcada por inteiro. Se, nos dias correntes, o Brasil já solucionou todas as pendências que recaíam sobre os 10.948 quilômetros que separam a nossa maior região natural dos países vizinhos, tudo se deve ao trabalho incansável e competente de Braz de Aguiar, pois de suas observações astronômicas e da precisão dos seus cálculos resultaram mais de 500 pontos que definem, juntamente com acidentes naturais, essa longa divisória.

Todas as campanhas de Braz de Aguiar foram registradas em detalhados relatórios despachados para o Ministério das Relações Exteriores, ao qual a Comissão Demarcadora era subordinada. Além desses relatórios específicos, Braz de Aguiar ainda publicou trabalhos detalhados sobre determinadas áreas, que muito contribuíram para desvendar os segredos da Amazônia.

Um desses trabalhos, denominado *O Vale do Rio Negro*, classificado pelo chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão como um subsídio para “a geografia física e humana da Amazônia”, foi encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores no mês de janeiro de 1944, trazendo no seu bojo a resposta definitiva à indagação “Ianomâmi! Quem?”.

No tocante às tribos indígenas do Vale do Rio Negro, incluindo as do tributário Rio Branco, afirma o trabalho que “são todas pertencentes às famílias Aruaque e Caribe, sem aludir à existência de alguns povos cujas línguas se diferenciam profundamente das faladas pelas duas coletividades citadas”. Prossegue o autor: “Tais povos formam as chamadas tribos independentes, que devem ser consideradas como restos de antigas populações cuja liberdade foi grandemente prejudicada pela ação opressora de vizinhos poderosos”. Também os índios Tucanos constituem uma família à parte, complementa o trabalho.

Dito isso, a obra cita os nomes e as localizações das tribos aruaques no Vale do Rio Negro – em número de 13 –, sem que da relação conste a pretensa tribo ianomâmi. Em seguida, foram listadas as tribos caribes, bem como a sua localização: ao todo são sete as tribos, também ausente da relação o nome “ianomâmi”. Entre as chamadas tribos independentes do Rio Negro, em número de cinco, também não aparece qualquer citação aos ianomâmi.

Para completar o quadro, a obra elaborada por Braz de Aguiar ainda faz menção especial ao grupo Tucano, pelo simples fato de compreender 15 famílias, divididas em três ramos: o oriental, que abrange as bacias dos Rios Uaupés e Curicuriari; o ocidental, ocupando as Bacias de Napo, Putumaio e Alto Caquetá; e o

setentrional, localizado nas nascentes do Rio Mamacaua. Os “ianomâmi” também não apareceram entre os Tucanos.

Completando a listagem dos povos da bacia do Rio Negro, a obra ainda faz menção a uma publicação de 1926, composta pelas «Missões Indígenas Salesianas do Amazonas», que descreve todas as tribos da bacia do Rio Negro, sem mencionar a existência dos ianomâmi.

Assim sendo, pode-se afirmar, sem medo de errar, que esse povo “não existiu e não existe”, senão nas mentes ardilosas dos inimigos do Brasil.

Menna Barreto e outras fontes fidedignas afirmam que coube a uma jornalista romena, Claudia Andujar, mencionar, pela primeira vez, em 1973, a existência do grupo indígena por ela denominado lanomâmi, localizado em prolongada faixa vizinha à fronteira com a Venezuela. Interessante ressaltar que a jornalista que “inventou” os ianomâmi não agiu por conta própria, mas inspirada pela organização denominada Christian Church World Council, sediada na Suíça, que, por seu turno, é dirigida por um Conselho Coordenador instruído por seis entidades internacionais: Comitê Internacional de la Defense de l’ Amazon, Inter-American Indian Institute, The International Ethnical Survival, The International Cultural Survival, Workgroup for Indigenous Affairs e The Berna-Geneve Ethnical Institute.

Releva, ainda, destacar o texto integral do item I das “Diretrizes” da organização referentes ao Brasil: É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações europeias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico”.

Ficam assim bem caracterizadas as intenções colonialistas dos membros do Christian Church World Council, ao incentivarem a “invenção” dos ianomâmi e a sua localização ao longo da faixa de fronteiras.

Trata-se de iniciativa de fé púnica, como soe ser a artificiosa invenção de um grupo étnico para permitir que estrangeiros venham a se apropriar de vasta região do Escudo das Guianas, pertencente ao Brasil e, provavelmente, rica em minérios. O ato se reveste de ilegitimidade passiva e de impossibilidade jurídica. Sendo, pois, um ato criminoso, a criação de Reserva lanomâmi deve ser anulada e, em seguida, novo estudo da área deverá ser conduzido para o possível estabelecimento de novas reserva, agora descontinuas, para abrigar os grupos indígenas instalados na mesma zona, todos eles afastados entre si, por força do tradicional estado de beligerância entre o n grupos étnicos aruaques e caribes.

Outras providências legais devem ser adotadas, todavia, para enquadrar os funcionários da Fundação Nacional do índio (Funai) que se deixaram enganar e os servidores do Ministério da Justiça que induziram o ministro da Pasta e o próprio, Presidente da República a aprovarem a decretação de reserva para um grupo indígena inexistente.

SEQUESTRO E RESGATE NA EMBAIXADA DO JAPÃO

Hugo Barreto Macedo

Cel Av

hugobmacedo6716@outlook.com.br

O grupo guerrilheiro Tupac Amaro (Movimento Revolucionário Tupac Amaro) surgiu no Peru por volta de 1984, no início do mandato do presidente social-democrata Alan Garcia.

O Tupac Amaro foi fundado por Victor Polay Campos, também chamado de Comandante Rolando.

Com a prisão do Abimael Guzman, chefe do Sendero Luminoso, a atuação da guerrilha diminuiu, substancialmente, dando oportunidade ao crescimento vertiginoso do Tupac Amaro.

Em dezembro de 1996, em um episódio cinematográfico, o Tupac Amaro invadiu a Embaixada do Japão em Lima, em meio a uma cerimônia comemorativa pelo aniversário do Imperador japonês Akirito. Foram feitos 490 convidados de reféns, inclusive vários embaixadores, dentre eles o brasileiro Coutinho Pérez.

O acontecimento só foi possível graças à criatividade dos guerrilheiros, que se passaram por garçons do bufê.

Após entrarem e se colocarem em lugares estratégicos, o chefe do grupo, Nestor Cerpa Cartolini, anunciou o sequestro.

Inicialmente, libertaram mulheres, idosos, menores, militares estrangeiros e peruanos. Ao final do dia, foi a vez de alguns embaixadores, inclusive o brasileiro. Permanecendo, então, apenas 72 reféns.

Somente após definido esse número de reféns é que os guerrilheiros anunciaram as suas exigências. Eles queriam a libertação de 443 guerrilheiros presos, incluindo o seu chefe fundador, Victor Polay.

A Cruz Vermelha teve uma atuação destacada, durante os 126 dias que durou o sequestro. Ela iniciou os primeiros contatos pessoais com os guerrilheiros, providenciando colchonetes, roupa de cama, água, objetos e material de higiene pessoal, alimentação, atendimento médico, remédios, inclusive as comunicações entre os sequestrados e seus familiares, por meio de bilhetes, controlados pelos guerrilheiros.

Os serviços essenciais de limpeza eram executados pelos próprios reféns.

Em contrapartida, as negociações avançavam pouco, pois o Presidente do Peru, Alberto Fujimori, apesar de ser bem inflexível e determinado, queria ganhar tempo para executar seu plano de invasão à Embaixada.

Após análises e avaliações de vários planos relativos à tomada da Embaixada, foi aprovada e decidida pelo Presidente Fujimori a invasão por meio de túneis.

Essa decisão foi tomada dois dias depois do sequestro; 24 horas após, foi iniciada a construção de uma réplica da Embaixada do Japão, em madeira, na escala de 1 por 1, a fim de serem feitos os treinamentos da invasão.

Paralelamente a esse fato, foi dado início à construção de três túneis de aproximadamente 150 metros, cada, que desembocavam em pontos estratégicos diferentes da Embaixada.

Durante a construção desses túneis, perderam a vida três militares.

Os preparativos para a invasão corriam contra o tempo. No entanto, as negociações com os guerrilheiros se arrastavam propositadamente.

Enquanto isso, uma força-tarefa das Forças Armadas (FFAA), especializada em operações de resgate, iniciava seu treinamento.

Surgiu, de repente, uma informação, aparentemente desimportante, fornecida pela Cruz Vermelha à força-tarefa: todas as tardes, impreterivelmente, às 16h, 10 guerrilheiros relaxavam suas vigilâncias sobre os reféns para jogar bola, no salão nobre da Embaixada, ocasião em que deixavam suas armas encostadas na parede do salão.

Baseado nessa informação, foi decidido que um dos três túneis desembocaria no salão, onde ocorriam as “peladas”.

Uma semana antes da invasão, foram entregues aos guerrilheiros, pelo pessoal da Cruz Vermelha, dois jogos de camisa de futebol dos principais times de Lima – o Esporte de Cristal e o Aliança de Lima –, para serem usados pelos guerrilheiros durante suas peladas das 16h.

A entrega das camisas foi feita pela Cruz Vermelha, que observou que os jogadores guerrilheiros estavam fazendo uso das mesmas durante os jogos.

Após 126 dias do sequestro, é chegado o dia “D”. Tudo estava exaustivamente treinado, era um momento ímpar, revestido de grande responsabilidade e ansiedade.

O Presidente Fujimori foi muito corajoso, ao decidir pela operação que envolvia altos riscos, sobretudo, por envolver altas autoridades estrangeiras, bem como por se tratar da casa de seus ancestrais, tendo o Embaixador do Japão como um dos reféns.

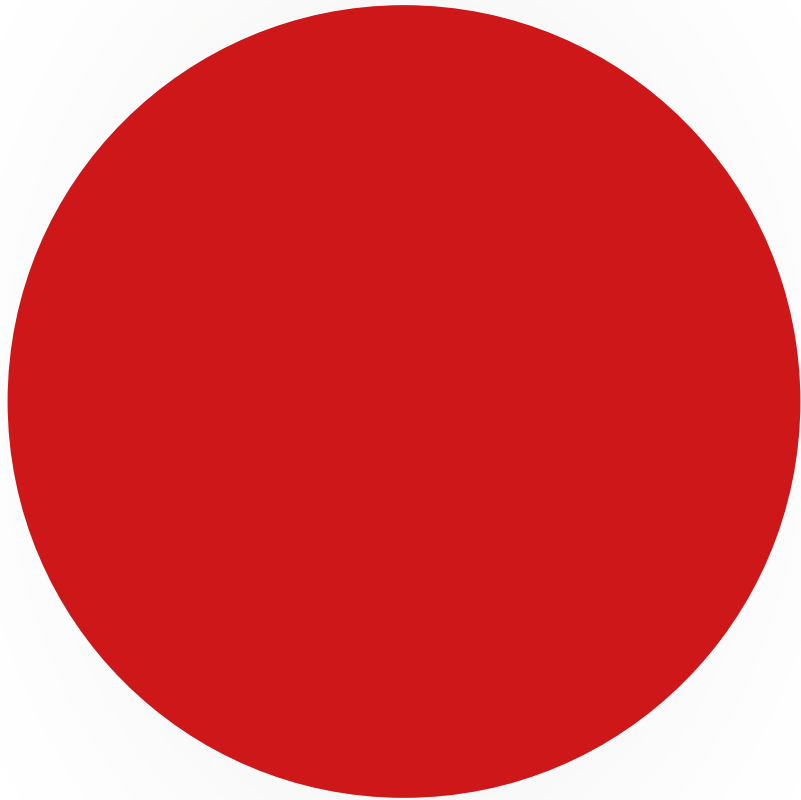
A operação era de altíssimo risco!

A invasão foi programada, justamente, para a hora da “pelada” dos guerrilheiros, o que foi feito com grande precisão.

Os primeiros homens da equipe de resgate, ao saírem do túnel, não tiveram dúvidas: as pessoas vestidas com as camisas dos times foram mortas sem chance de pegar suas armas.

A operação foi executada de forma cirúrgica, tendo como resultado a morte de todos os 14 guerrilheiros e a de um elemento da equipe de resgate, juntamente com um Juiz da Corte Suprema Peruana. Dos 72 reféns, 71 foram resgatados com vida.

Essa brilhante e bem-sucedida operação de resgate foi executada por 80 homens, pertencentes às Forças Armadas Peruanas.



Projeção de Caxias no Desenvolvimento da Doutrina do Exército

Cláudio Moreira Bento

Cel Ex Eng

bento1931@gmail.com



Sendo a Doutrina Militar representada, em uma definição simples, como as maneiras pelas quais um Exército é organizado, equipado, instruído, motivado e empregado operacionalmente, em caráter pioneiro, acreditamos, ensaiaremos a projeção de Caxias no desenvolvimento da Doutrina do Exército, na quádrupla condição de Ministro da Guerra, conselheiro de Guerra, senador e presidente do Conselho de Ministros ou de chefe do Governo do Brasil.

Abordaremos sua ação nos campos da Doutrina: organização; equipamento; instrução (inclui ensino), motivação e emprego.

Organização

Procedeu profunda Reforma Administrativa, com a criação das funções de Ajudante General e de Quartel Mestre General do Exército.

Criou Conselhos Econômicos nos Corpos de Tropa, que racionalizaram e padronizaram a administração dos mesmos.

Teve aprovado o *Regulamento para a Disciplina* (ordenamento administrativo) e o *Serviço Interno dos Corpos Arregimentados e Fixos*, com projeção no Campo da Instrução e do Equipamento. Foi um grande passo!

Criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelães).

Adoção do novo *Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército* (Decreto nº 1.900/1957). Reiterada insistência junto ao Parlamento pró-adoção do Serviço Militar Obrigatório, aprovado em 1874.

Equipamento

Aquisição parcial de armamento retrocarga para a Infantaria e a Cavalaria, e canhões Krupp para a Artilharia.

Transformação de 5 mil fuzis Robert e 2 mil carabinas Spencer de percussão periférica para percussão central.

Criação do Corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, com repercussões na Organização.

Criação de Companhias de Telégrafos para fazer face ao surto da telegrafia iniciado em 1852, com o estabelecimento da linha de Segurança Interna no Rio: QG Palácio Imperial Quinta da Boa Vista da Polícia Militar (atual QG/PMRJ), Arsenal de Guerra e Arsenal de Marinha.

Apoio ao maior desenvolvimento do aproveitamento de menores carentes como Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes Artilheiros na Fortaleza de São João (pioneiro do SENAI).



Construção dos fortes de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, com reflexos na Organização.

Contrato de um veterinário e de um picador com vistas ao manejo racional das cavalhadas do Exército.

Estímulos a maior eficiência e produtividade da fábrica de Pólvora da Estrela e da fábrica de Ferro de Santana do Ipanema, em São Paulo.

Instrução/Ensino

Retirada da formação profissional de oficiais do Largo de São Francisco, inicialmente para a Fortaleza de São João, enquanto durou a construção da Escola Militar da Praia Vermelha, que formou a geração de jovens oficiais que combateram na Guerra do Paraguai (Deodoro, Floriano, Tibúrcio, Dionísio Cerqueira etc.).

Construção da Escola Militar da Praia Vermelha, fechando a praia entre os atuais ECEME e IME.

Destinação do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para manobras e tiro da Escola Militar.

Dinamização da formação de menores aprendizes artífices e artilheiros.

Criação da Escola Prática de Tiro (em geral) de Campo Grande, com sede no antigo prédio que sediará de 1913 a 1944 a Escola Militar do Realengo.

Criação dos Cursos de Infantaria e Cavalaria na província do Rio Grande do Sul.

Instrução do Exército em Doutrina Militar, com apoio na adaptação das Ordenanças de Portugal para as três armas.

Motivação

Adoção de data única para as promoções nas três armas.

Adoção de novo *Código Penal Militar* mais brando, que substituiu os draconianos e centenários *Artigos de Guerra* do Conde de Lippe.

Adoção de Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares, padronizando punições e critérios que procuraram erradicar abusos e arbitrariedades de algumas autoridades, conforme justificou ao adotá-lo.

Criação de Colônias Militares, as avós dos Pelotões de Fronteira, onde eram aproveitados militares reformados por idade ou incapazes para o Serviço Militar, na dupla missão de vivificá-las política e economicamente, e defendê-las, se necessário, como o fez a de Dourados, sob a liderança do tenente Antônio João e seus bravos comandados.

Aquisição da Ilha de Bom Jesus, sede do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição criada para amparar militares brasileiros invalidados no serviço do Brasil.

Garantia de vantagens asseguradas aos Voluntários da Pátria, quando de seus alistamentos para a Guerra do Paraguai.

Proposta, não acolhida pelo Parlamento, de criação de Colégio Militar na Fortaleza de São João, dentro do propósito em que foi criado, em 1889, o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Liderança carismática de Caxias, que foi capaz de anular ou de desestimular esforços erradicadores do Exército, retomados com vigor após sua morte e a de Osório, em 1880 e 1879, respectivamente, ao ponto de, certa feita, o Marechal Deodoro reclamar junto ao Barão de Cotegipe sobre as frequentes humilhações que vinha o Governo impondo ao Exército: “Se o Duque de Caxias ainda vivesse, fatos de tal natureza não teriam lugar”.¹

Emprego

Adoção, adaptadas às realidades culturais e operacionais sul-americanas que vivenciara em cinco campanhas militares que comandara, das Ordenanças de Portugal para as três armas. Isto antes da guerra contra Aguirre e a do Paraguai.

Aumento da operacionalidade do Exército com um Corpo de Transportes e Companhias de Telégrafos. Potencialização da estrutura administrativa e logística de Zona de Retaguarda, representada pelo Ajudante General e Quartel Mestre General.

Considerações oportunas

Caxias não podia tudo, dependia da Câmara e do Senado para as reformas que desejava para o Exército, com deputados e senadores que eram mais simpáticos à política antiexército da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça. Esta competia de modo desigual com o Exército no recrutamento, e a este raramente conseguia os efetivos que a lei lhe facultava.

Falecidos os senadores Osório e Caxias, em 1879 e 1880, já em 1881 foi fundado na Santa Cruz dos Militares o Diretório Militar, que visava eleger militares dos três partidos para, na Câmara e no Senado, tentarem minimizar a falta de Caxias e Osório na proteção dos assuntos do Exército.

Nesse contexto surgiu a primeira revista militar, a *Revista Militar Brasileira* (atualmente, do Exército) que, em 1882, em editorial, traduziu o ânimo dos militares:

... Um país como o Brasil, que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata o mérito militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a sua dedicação ao Serviço Público...

Aí está, estampado em parte, o espírito de descontentamento no Exército, logo após as mortes do Senador Caxias, conservador, e do Senador Osório, liberal, que durante cerca de 30 anos de amigos íntimos e até confidentes, embora militantes de agremiações políticas rivais, fizeram juntos a política do Exército e não política no Exército, como mais tarde o General Góes Monteiro irá preconizar, como se verá adiante.

Acreditamos que Caxias e Osório foram essenciais, como obstáculos à erradicação do Exército e como moderadores de hostilidades políticas culturais contra ele.

¹ CUNHA, Marques da *et alii*. *Deodoro*. Rio de Janeiro, [s1], 1927. p. 118-124.

Desaparecendo essas lideranças carismáticas nacionais, as hostilidades de que eles eram obstáculos tomaram vulto e despertaram reação, igual e contrária, traduzida pelo Diretório Militar, pela Questão Militar, pela Fundação do Clube Militar, pelo protesto do Clube contra o uso do Exército como capitão de mato, pela deposição do Gabinete Ouro Preto e pela proclamação pacífica e tranquila da República, seguida de sua sangrenta consolidação para sufocar as reações armadas à mesma, de 1891 a 1895.

E Deodoro, ao depor no Gabinete Ouro Preto, o responsabilizou e ao seu Gabinete “De possuírem firme propósito em abater e mesmo de dissolver o Exército”.

É o que se pode concluir da obra muito valiosa do repórter da Proclamação da República, Ernesto Senna, *Deodoro*, Subsídios para a História – Notas de um Repórter (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939).

Essa conjuntura foi reproduzida na obra *O Exército na Proclamação da República* (Rio de Janeiro: SENAI, 1989. p. 460, e é reproduzida na obra coletiva *Cadernos da Comissão do Exército dos Centenários da República e da Bandeira* (Rio de Janeiro: SENAI-BIBLIEx, 1989).

Se Caxias tivesse sobrevivido até 1890, como o seu parente da mesma idade e colaborador, Visconde da Gávea, é possível que a República não tivesse se implantado, pelo menos via Exército, com o apoio de parte da Marinha.²

Na primeira vez em que Caxias foi Ministro da Guerra, o Ministério recebeu uma média de 27% do orçamento; da segunda vez (1861-1862), cerca de 21%, em média; e da terceira vez, cerca de 13%, em média. O percentual durante a Guerra do Paraguai foi de cerca de 46%, e durante a Guerra de 1851-1852, de 36,7%. Conclui-se que Caxias não tirou partido de sua posição de chefe do Governo para dotar o Exército de maiores verbas.

Caxias conseguiu, com seu carisma e prestígio civil e militar, minimizar o que interpretaria muito bem o General Aurélio de Góes Monteiro:

Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências, em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações que se dizem militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o do verdadeiro soldado.

Esse contexto cultural foi modificado a partir da Revolução de 30, pelo próprio General Góes Monteiro, como chefe do Estado-Maior do Exército e assessor do Ministro Dutra, ao orientar seus subordinados:

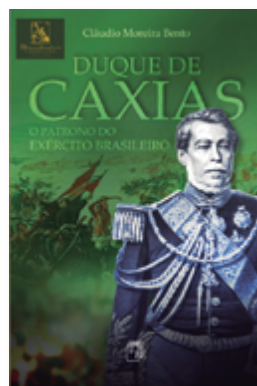
² Sobre esse assunto leia-se COELHO, Edmundo C. A Questão Militar Perspectiva do Exército. In: *Em Busca de Identidade, o Exército, a Política e a Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. O autor faz considerações e apresenta gráficos com percentuais do orçamento destinado ao Ministério da Guerra, vendo que foram normais quando Caxias era ministro.

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército... A política do Exército consiste na preparação para a eventualidade de uma guerra. E esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza; e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo o interesse nacional.

E parte desse seu pensamento cremos que ajudou, implementado, a mudar o panorama cultural de repulsa histórica e cultural ao espírito militar, mudança para a qual muito contribuiu o ensino modernizado nas atuais Escolas de Sargentos das Armas, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado-Maior que, aos poucos, consolidaram no Exército o espírito de soldados, ao contrário dos pretorianos e milicianos que a primeira República havia conseguido imprimir em alguns setores do Exército, por pressões oligárquicas. Góes Monteiro expôs seu pensamento na obra que o consagra como pensador militar brasileiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* (Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1932).

O Arquivo Histórico do Exército evocou sua vida e obra em seu centenário de nascimento, cujas abordagens então feitas por nós constam dos *Cadernos da Comissão do Exército dos Centenários da República e da Bandeira* (Rio de Janeiro: BIBLIEx-SENAI, 1989).

Em data recente, o Arquivo Histórico do Exército, por meio do Coronel Élcio Gourgot Doubrava, colecionou e indexou expressiva parcela do arquivo do General Góes Monteiro, autor do único trabalho focalizando Caxias como comandante e chefe, nas diversas oportunidades em que assim atuaria nas lutas internas e externas. Acreditamos que, pela vez primeira, mediante este ensaio pioneiro, tenham sido interpretadas a real dimensão e a projeção da obra do Duque de Caxias, Patrono do Exército, e como Ministro da Guerra.



Extraído do livro “**Duque de Caxias, o patrono do Exército Brasileiro**”.



Aponte a câmera do celular e leia gratuitamente.

CIDADE DO MÉXICO

Hélio Carvalho Perez

Cel Av

helioperez1939@gmail.com

Decolamos do Galeão às 11h do dia 1º de outubro de 1985, de C-130 Hércules (540 km/h ou 290 kt-nós), do 1ºGTT (Primeiro Grupo de Transporte de Tropa), sediado no Campo dos Afonsos. A nossa tripulação era composta por três pilotos, eu, tenente coronel, com 46 anos de idade, e dois capitães aviadores, na faixa de 30 anos, dois *flight* (mecânico), um radiocomunicações, um *loadmaster* (mestre de carga), e um auxiliar do *loadmaster*, estes eram sargentos, para cumprir uma missão humanitária, do governo brasileiro. O destino era a Cidade do México, e o voo seria feito em três etapas: 1- Galeão/Manaus (Base Aérea), 2.800 km, em 5:10h de voo; 2- Manaus/Tocumén (Panamá), 2.600 km, em 4:40h; 3- Tocumén/Cidade do México, 2.400 km, em 4:30h, perfazendo um total de 14:20h de voo nessa etapa de ida. Transportávamos 13 toneladas de remédios, como ajuda humanitária aos sobreviventes do recente terremoto na capital mexicana. Estavam também a bordo três jornalistas civis do Rio de Janeiro.

Ao pousar em Manaus o nosso C-130 apresentou uma pane, o que atrasou a nossa missão. Depois de sanada a pane, decolamos já no período noturno, quando a torre de controle da Base Aérea de Manaus avisou que as luzes do balizamento noturno, as luzes nas laterais e cabeceira da pista, e nas pistas de táxi, tinham acabado de pifar. Avisamos à torre que decolaríamos sem o balizamento, e que a viatura do oficial de operações deveria ficar na cabeceira oposta, com os faróis altos ligados, sem o motorista no interior da viatura, e de frente para o nosso avião. A torre de Manaus concordou com a nossa decisão. O comandante do C-130

assumia, assim, a total responsabilidade por esse procedimento, ou seja, decolar sem as luzes do balizamento, o que contrariava as normas de proteção ao voo, e eximindo a torre de qualquer responsabilidade, consignando, desse modo, que faríamos uma “operação militar”. Lembro que, à época, eu já possuía mais de 1.000h bem voadas de C-130. Decolamos usando os três faróis do avião, um em cada asa, e o outro na bequilha (roda do nariz), que é usado para taxiar. Caprichamos muito na decolagem, e chegamos a Tocumén, na capital do Panamá. Abastecemos, compramos os lanches na cafeteria do aeroporto civil, quando fomos informados pelo nosso adido aeronáutico que o plano de voo não fora transmitido para o México, pois as comunicações estavam cortadas devido ao terremoto. Sem esse destino o plano de voo estaria prejudicado. Solicitamos prosseguir assim mesmo, pois era uma missão humanitária, e sugerimos que, em voo, faríamos as comunicações com os controles aéreos do México (ao menos tentaríamos).

Essa nossa sugestão foi aceita pelos órgãos de controle aéreo do Panamá, e o plano de voo foi aprovado. Também explicamos que, caso não conseguíssemos pousar na Cidade do México, prosseguiríamos para a nossa alternativa, que era Acapulco, no litoral do Pacífico, distante cerca de 300 km, e somente 40 minutos de voo. Aliás, uma alternativa de não se jogar fora, pois a cidade, por ser turística, tem fama de ser maravilhosa. Decolamos cerca de 1h da madrugada, horário local do Panamá, e sobrevoamos vários países dessa



região (Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Guatemala), sendo controlados pelos seus respectivos controles de tráfego aéreo. Antes de chegarmos perto do território mexicano, pelo rádio HF (*high frequency*), entramos na faixa de frequência dos radioamadores, e começamos a procurar algum radioamador. Isso era um “macete” que eu tinha aprendido, ao longo da carreira aviatória. Logo encontramos três “*radioaficionados*”, como são chamados na língua espanhola, conversando entre eles em espanhol. Eram dois homens e uma mulher. Entramos na conversa, usando o termo usual, “*breake, breake, breake*”. Eles pararam de falar. Forçamos o “*breake*”, e então, quando fomos atendidos, perguntamos se eles eram mexicanos. Responderam que sim. Então, em um “perfeito portunhol”, explicamos que éramos um avião militar, brasileiro, em uma missão humanitária, levando 13 toneladas de remédios do governo brasileiro para o governo mexicano, e que estávamos sem comunicação com o México, que decolamos de Túcumén, Panamá, e chegaríamos ao aeroporto da Cidade do México no nascer do Sol. Pedíamos que eles transmitissem essa nossa mensagem para o controle de tráfego aéreo mexicano. Também pedimos que entrassem em contato, via telefone, com o nosso adido militar, que era um coronel do exército brasileiro, dando o número do telefone e o nome desse adido, que morava na capital mexicana. Eles mostraram-se prestativos, e, como todo radioamador do mundo inteiro, não tive dúvida nenhuma de que eles iriam se desincumbir desse nosso pedido da melhor maneira possível, pois esse é o conhecido espírito universal dos radioamadores. Que coincidência, o velho rádio amador ainda prestando um belo serviço significativo para a aviação no final do século XX, tal qual acontecera nos primórdios da aviação, no início daquele século, quando era chamado de “tempo da aviação arco e flecha”.

Antes de entrarmos no espaço aéreo mexicano, sintonizamos as frequências dos órgãos de controle mexicanos, e “achamos” alguns aviões falando com a torre do aeroporto da Cidade do México, que era o nosso destino. As outras frequências, como a do centro de controle, usada ao entrar no espaço aéreo do México, e do controle de aproximação, usada ao se aproximar do destino do voo, não estavam funcionando. Esse contato exclusivo com a torre, que é o último contato antes do pouso, permitiu a essa torre, fazer o “papel” do centro e do controle, trazendo-nos até o solo.

Pousamos com o dia amanhecendo, e logo depois a pista de pouso foi fechada, por causa do nevoeiro. Acapulco ficou para uma próxima vez, infelizmente.

Seguimos a viatura “follow me” (siga-me), que nos levou para o estacionamento, ao lado de três outros C-130 – um inglês, um francês e um belga. Ao cortar os motores do nosso avião, confesso que senti um grande orgulho por ser brasileiro e piloto, pois, como aqueles três países, nós também estávamos levando a nossa pequena contribuição ao povo mexicano, que estava sofrendo com aquele terremoto.

É assim que acontece na aviação, os radioamadores tinham conseguido fazer os contatos. Após os trâmites legais da entrega

da carga de remédios, colocaram a nossa disposição uma radiopatrulha da polícia para nos levar ao hotel. Porém, antes, a convite do motorista policial, passamos para ver a destruição do terremoto, com acesso total aos escombros, e com a detalhada explicação de quem também passara por aquela tragédia.

Primeiramente, fomos visitar o hospital de campanha da Força Aérea Brasileira (FAB), que fora levado em outra missão humanitária, transportado por outro C-130 brasileiro, estando o hospital funcionando perfeitamente. Realmente, vimos uma destruição pesada, dessa zona exclusiva da cidade que sofreu o terremoto. Isso ficou gravado na nossa mente. Apesar das máscaras que usávamos, aquele cheiro ruim e característico ficou entranhado nos nossos narizes por um bom tempo.

Finalmente, chegamos ao hotel no entardecer, e nos colocaram em um andar alto, para insatisfação e medo nossos, pois, caso acontecesse outro “*temblor*” (tremor), que é normal de acontecer depois do “*temblor*” principal, será que daria tempo de chegar ao solo pelas escadas? A nossa tripulação, depois de fazer um detalhado briefing para essa situação diferente, dormiu com as lanternas preparadas, e memorizando onde eram as escadas de descida, no caso de acontecer qualquer “*tremblor*”. Não houve nenhum “*tremblor*”.

No dia seguinte, voltamos da Cidade do México para o Galeão “batendo lata” (sem carga nenhuma). Na volta pousamos em Túcumén (Panamá), e voamos direto Túcumén/Galeão, sem o pouso em Manaus, fazendo 10:10h de voo, nessa etapa.

Dias depois da nossa chegada ao Galeão, saiu na imprensa de um jornal do Rio que nessa missão humanitária, havíamos decolado de Manaus, sem as luzes de balizamento fazendo, desse modo, um ato “heroico”, nessa missão humanitária. Essa reportagem foi feita pelos jornalistas que transportamos, e enchia a nossa bola. Eles vieram, lá atrás, no compartimento de carga, onde existem fones conectados para a comunicação, *cockpit* (pilotos), com o “mestre carga” que vai junto com a carga. Eles colocaram esses fones e ouviram toda a conversa entre os tripulantes, bem como com os vários órgãos de controle, durante todo o voo. Assim, tudo o que falamos durante esse voo, com certeza, eles estavam ouvindo. Nós nos esquecemos totalmente, de que eles estavam a bordo, pois não era normal transportar passageiros no C-130. Devem ter ouvido coisas boas e coisas pesadas, como sói acontecer em um voo longo que atravessa a noite toda. O papo normal entre os pilotos, como sempre, resolve todos os problemas do Brasil e, quiçá, do mundo.

Assim, terminou bem mais uma missão que teve alguns percalços que poderiam atrapalhar o nosso voo, mas que, felizmente, foi muito eficaz. Mais uma vez, cumprimos com o nosso dever, e, apesar de tudo o que aconteceu – e talvez por isso –, a gente hoje ainda sente saudades. Bons tempos aqueles. Foi mais uma missão bem cumprida para a FAB e para o Brasil.

En passant, nessa época o meu primeiro e querido neto, Bruno, já estava com 3 anos de idade. Ele não quis ser aviador, não sabe o que perdeu.

RESTRIÇÕES AO EMPREGO DO PODER AÉREO EM CONFLITOS DE QUARTA GERAÇÃO

Claudio Paradelo Peixoto

Ten Cel Av

peixotocpp@fab.mil.br



INTRODUÇÃO

Ao estabelecer os princípios que reconhecem a legitimidade e a soberania dos Estados, criando um concerto de nações regido por um sistema jurídico internacional, a Paz de Westfália configurou a gênese de toda a política moderna e contemporânea, bem como conferiu ao Estado o monopólio sobre a guerra.

Desde então, a forma como o poder militar vem sendo empregado pelas nações sofreu transformações significativas, tornando possível que os teóricos da guerra pudessem classifi-

cá-la em gerações distintas, em função da combinação entre o uso de novas tecnologias e o desenvolvimento de novas táticas de emprego das forças militares.

O advento do avião, presente a partir das Guerras de Segunda Geração, contribuiu com mudanças radicais nas formas de condução dos conflitos armados, constituindo uma nova expressão do poder militar, o Poder Aéreo (PA). Contudo, assim como suas características evolutivas sempre lhe conferiram a capacidade de influenciar essa classificação, o emprego da arma aérea também sofre interferências dos aspectos que definem cada geração de guerra.



Nesse contexto, os Conflitos de Quarta Geração, caracterizados, principalmente, pela erosão do monopólio estatal da guerra e pela crise da legitimidade do Estado, englobam diversas ameaças que constituem óbices ao emprego do PA. Dentre os principais, destacam-se a menor aplicabilidade e relevância do seu potencial cinético e o aumento da probabilidade de danos colaterais, em função da dificuldade na identificação de inimigos e sua distinção em relação aos civis.

Estudiosos do Poder Aéreo alegam que as experiências adquiridas em operações de guerra irregular têm evidenciado uma maior contribuição do emprego não cinético do Poder Aéreo, quando comparado a sua aplicação letal. Como exemplos, as guerras do Afeganistão, do Iraque e entre Israel e o Hezbollah apresentam evidências dessa limitação ao emprego cinético do PA.

Da mesma forma, o aumento dos danos colaterais infligidos aos civis constitui mais um óbice ao emprego da arma aérea em Guerras de Quarta Geração, fruto da complexidade para identificar o inimigo e distingui-lo dos civis. Novamente, Iraque, Afeganistão e Israel, além da Chechênia, são palcos de conflitos que exemplificam essa limitação.

Considerando a preponderância de conflitos típicos de quarta geração no mundo contemporâneo, bem como suas principais características, torna-se importante conhecer os óbices associados ao emprego do PA nesses conflitos, para que as necessárias adaptações táticas sejam incorporadas às forças aéreas, possibilitando seu emprego eficaz em combate.

APLICAÇÃO CINÉTICA DO PODER AÉREO NA GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO

Em seu trabalho sobre a Guerra de Quarta Geração, Lind (2005) aponta características que a configuram como portadora das mudanças mais radicais desde o tratado que deu fim à Guerra dos Trinta Anos. Marcados pela diluição do monopólio estatal sobre a guerra e pela contestação da legitimidade do Estado, os conflitos de Quarta Geração caracterizam-se pela presença de atores não estatais, influência de aspectos culturais e religiosos, assimetria de forças, imprevisibilidade, radicalismo, dentre outros aspectos que constituem grandes desafios para o emprego de forças militares convencionais.

Nesse contexto, o emprego do Poder Aéreo torna-se uma atividade complexa, uma vez que nem todas as suas potencialidades têm aplicação adequada ao tipo de ameaça a ser enfrentado. A experiência em sucessivos combates vem confirmando que o grande potencial cinético do Poder Aéreo, como arma ofensiva, possui menor aplicabilidade e relevância nos Conflitos de Quarta Geração.

Segundo Clodfelter (2009), a contribuição do Poder Aéreo para derrotar inimigos que atuam, predominantemente, de forma irregular é maior quando aplicada por meio de ações não letais, sugerindo uma diminuição na dependência das ações cinéticas.

Hayward (2009) corrobora, ressaltando as limitações das plataformas ofensivas em ações de Apoio Aéreo Aproximado e

Interdição, para contribuir com campanhas de contrainsurgência, além de apontar contribuições mais robustas das áreas de mobilidade, consciência situacional e inteligência.

De fato, a forma não convencional como os combatentes de forças irregulares costumam atuar restringe significativamente o planejamento de ações cinéticas pelas forças aéreas, uma vez que são de difícil localização, agem isoladamente, utilizam-se de métodos não ortodoxos de combate e se confundem com a população local.

Como evidência da menor aplicabilidade de ações letais nos Conflitos de Quarta Geração, Olsen (2018) aponta o papel secundário das missões de Apoio Aéreo Aproximado e Interdição durante os conflitos no Afeganistão e no Iraque, salientando a preponderância de ações de transporte logístico, inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR), além da manutenção da supremacia aérea. Batalha *et al.* (2010) citam o exemplo ocorrido no conflito entre Israel e o Hezbollah, no Líbano, em 2006, ocasião em que as ações ofensivas cinéticas promovidas pela Força Aérea Israelense, para conter os disparos de foguetes *Katyusha* contra suas comunidades, mostraram-se ineficazes diante das táticas empregadas pelos elementos do Hezbollah.

Diante dos exemplos mencionados, conclui-se que a exploração do potencial cinético do Poder Aéreo é bastante restringida pelos aspectos que caracterizam a Guerra de Quarta Geração, diminuindo sua aplicabilidade e relevância em conflitos desse tipo, bem como demandando criteriosa análise por parte dos planejadores que optarem pelo emprego de ações letais contra forças irregulares.

Não somente a menor aplicabilidade e a relevância do emprego cinético do Poder Aéreo constituem fator limitante para seu emprego em Conflitos de Quarta Geração, outros óbices relacionados com as características desses conflitos podem ser identificados com relativa facilidade.

DANO COLATERAL NA GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO

Ao abordar o emprego do Poder Aéreo na Guerra de Quarta Geração, tão criteriosas quanto a utilização de plataformas aéreas em ações letais devem ser a identificação e a seleção dos alvos a serem atacados. Para tal, é fundamental a realização de uma análise minuciosa dos atores e forças envolvidos, a fim de identificar corretamente os objetivos de maior valor, possibilitando o emprego eficaz dos meios aéreos destacados para as ações de combate.

Selecionar alvos para serem destruídos pelo poder aéreo, por si só, já não constitui tarefa simples. Nos conflitos típicos de quarta geração, a complexidade torna-se ainda maior, já que a dificuldade na identificação dos inimigos e na distinção entre combatentes e civis aumenta significativamente a probabilidade de danos colaterais.

Hayward (2009) aponta o quão difícil é a tarefa de identificar inimigos a partir do ar, bem como distingui-los dos civis em

campanhas de contrainsurgência, mesmo com o suporte de informações vindas do solo oportunamente. Batalha *et al.* (2010) corroboram ao ressaltarem a dificuldade de empregar a arma aérea contra um inimigo que não pode ser identificado e distinguem o emprego de aeronaves em ambiente urbano como um dos maiores desafios ao Poder Aéreo. Finalmente, Gaiolas (2010) aborda a necessidade de utilização de armas de precisão em operações de Guerra Irregular, tendo em vista a intolerância aos danos colaterais que podem ser infligidos às populações.

De fato, a identificação precisa do inimigo, e sua distinção em relação à população depende de informações de inteligência precisas e oportunas, desde a fase de planejamento, tendo em vista a complexidade dos conflitos típicos de quarta geração, bem como a necessidade de minimizar a probabilidade de ocasionar danos colaterais aos civis.

Diante desses aspectos, Batalha *et al.* (2010) evidenciam a complexidade de identificar inimigos nos Conflitos de Quarta Geração, ao abordarem a dificuldade dos pilotos em encontrar seus alvos em regiões urbanas do Iraque, bem como atacá-los sem infligir elevados riscos de baixas civis. Os autores mencionam, ainda, o exemplo do Cap. Haley Mills, que, por tal motivo, não conseguiu empregar seu armamento durante duas semanas, ao sobrevoar alvos no Afeganistão, em 2004.

Clodfelter (2014) traz o exemplo de ataques americanos no Paquistão, entre 2004 e 2012, utilizando drones, que resultaram na morte de somente 2% de alvos de alto valor, dentre as 2.300 mortes de militantes, além de 700 baixas civis. O autor menciona, também, um ataque de drone feito pelo Hamas a Israel, em 2006, que ocasionou um ataque israelense a uma fábrica de drones em Gaza. Ainda, em 2015, o portal de notícias The Intercept, apontou que os ataques aéreos da operação Haymaker, no Afeganistão, de janeiro de 2012 a fevereiro de 2013, causaram a morte de 219 pessoas não classificadas como alvos, além dos apenas 35 supostos militantes do Talibã e da Al Qaeda, identificados pelo Pentágono. O portal menciona, ainda, que o dano colateral ocasionado por ataques com drones no Afeganistão, na Somália e no Iêmem, em um período de cinco meses, representou aproximadamente 90% dos mortos.

Gaiolas (2010) traz, ainda, o relato do General Karnukov, Comandante da Força Aérea Componente Russa na guerra contra a Chechênia, que destaca como os elevados danos colaterais decorrentes das operações de Interdição e Apoio Aéreo Aproximado impactaram de maneira desastrosa nas operações psicológicas e de informações, realizadas junto à população.

Diante do exposto, torna-se evidente que nas Guerras de Quarta Geração a dificuldade para identificar inimigos a partir das plataformas aéreas aumenta significativamente a probabilidade de infligir danos colaterais aos civis, constituindo, portanto, um óbice ao emprego do Poder Aéreo, que deve ser mitigado pelo emprego de métodos mais criteriosos e precisos de levantamento de informações, da utilização de armamentos mais precisos e da maior integração com as forças terrestres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a Guerra dos Trinta Anos, as diferentes combinações entre o emprego de novas táticas e a aplicação das inovações tecnológicas permitiram classificar as guerras em gerações distintas, cujas características afetam e são afetadas pelos atores beligerantes, convencionais ou não.

Assim, nos Conflitos de Quarta Geração, as ameaças típicas que os caracterizam constituem óbices relevantes ao emprego do Poder Aéreo, demandando um olhar atento dos planejadores militares.

Nesse contexto, tendo em vista as formas pouco ortodoxas como as forças irregulares se comportam, a utilização da arma aérea em ações ofensivas cinéticas encontra pouca aplicabilidade e relevância, acabando por privilegiar ações não letais, tais como transporte logístico, ISR, comunicações, dentre outras.

Outra importante limitação ao emprego do PA em conflitos irregulares, decorrente da elevada dificuldade para se identificar forças inimigas e distinguir os combatentes dos civis a partir do ar, é a elevada probabilidade de inferir danos colaterais aos inocentes. A mitigação desse óbice requer uma eficiente capacidade de inteligência e de comunicação, bem como o emprego de armamentos de precisão, uma vez que baixas civis são cada vez menos toleradas nos conflitos contemporâneos.

Diante da expectativa de que os conflitos de quarta geração sejam prevalentes por mais algumas décadas, é primordial que os operadores da arma aérea sejam capazes de promover as necessárias adaptações doutrinárias e táticas, como forma de garantir a eficácia no enfrentamento dos desafios que se apresentarem, conferindo, dessa forma, uma cultura de flexibilidade e adaptabilidade ao Poder Aéreo.



INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Affonso Celso

(Em memória)

Extraído do livro *Porque me ufano do meu país* de 1908



Conjunto de pratos. Museu Histórico Nacional

O Brasil deixou de depender da metrópole no começo de 1808 quando a Corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, sendo elevado a capital da monarquia. O príncipe regente D. João o proclamou no manifesto explicativo da mudança, dizendo erguer a voz no seio do novo império que viera fundar. Em 1822, apenas se deu a separação de Portugal.

Por conseguinte, foi o Brasil o primeiro país da América Latina que adquiriu autonomia. Só no correr de 1809, pronunciou-se em Quito o movimento inicial da libertação das colônias espanholas, movimento logo sufocado.

Já vimos que, na primitiva organização do Brasil, o regime das capitanias, a Coroa portuguesa conservou sobre elas mero protetorado, com poderes restritos. No sistema prevaleceu até a revolução portuguesa de 1820, o dos governos gerais, havia verdadeira constituição, pois os regimentos das autoridades lhes preestabeleciam as atribuições e os deveres.

Desde a mais remota época, manifestou o nosso povo espírito de isenção e dignidade. Não se humilhava os depositários do poder. Quando os governadores abusavam, não tardavam protestos. Mais de uma municipalidade enviou procuradores a Lisboa para defender seus direitos e formular reclamações, como foi o caso de Campos dos Goytacazes que, em 1720, se revoltou contra os seus donatários. Usavam esses procuradores da mais altiva linguagem para com o Rei João Francisco. Lisboa cita a representação que o da Câmara do Maranhão, Manoel Gonçalves Aranha, redigiu em 1677, como modelo de respeitosa hombridade. A Câmara do Rio de Janeiro conseguiu que o Rei estranhasse o procedimento do governador Salvador Corrêa, contra o qual representara. O povo, depois mais de um governador, o de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, foi preso pela gente de Olinda em uma procissão e remetido para Lisboa.

Em 1641, os paulistas quiseram proclamar Amador Bueno seu rei. Em 1711, o pernambucano Bernardo Vieira de Mello; em 1720, o mineiro Felipe dos Santos; em 1789, novamente mineiros, entre os quais Tiradentes, que expiou no patíbulo seu sublime sonho, pensam na independência da Pátria, muito antes que em outros pontos da América tal ideia se manifestasse. Em 1817, proclama-se a república de Pernambuco. Os herdeiros dos donatários de Pernambuco, no rigor do domínio colonial, haviam intentado um processo à Coroa, que se viu coagida a transigir. Durante o reinado de D. Pedro I, o eleitorado mineiro derrotou o Ministro José Antonio da Silva Maya, por quem, ao que se dizia, cabalava em pessoa o Imperador. Sobre o Sr. D. Pedro II, igual demonstração de liberdade eleitoral ocorreu com seis ministros de Estado que, em vários pleitos, foram repudiados nas urnas: os Srs. Pedro Luiz, Homem de Mello, Bento de Paula e Souza, André Fleury, Matta Machado e Nascimento Portella.

Mas não faltam escritores pouco escrupulosos que timbram em achincalhar o nosso passado, principalmente o modo como se operou a separação de Portugal, em 1822. Basta recordar alguns fatos para mostrar que nada se praticou, então, de desairoso para nós, mas, ao contrário, sucedeu muita coisa digna de admiração. Ao embarcar para a Europa, em abril de 1821, confia D. João VI ao príncipe D. Pedro a administração e o governo supremo e

provisório do reino do Brasil. A 23 de maio do mesmo ano, decreta D. Pedro a liberdade de imprensa, antecipando, por esta, e outras medidas, o regime constitucional.

Em 9 de janeiro de 1822, declara permanecer no Brasil, em desobediência formal à imposição da Corte portuguesa. A força armada de Portugal, existente no Rio, busca prender D. Pedro e fazê-lo embarcar à força. É D. Pedro quem, empregando máxima energia, disposto à luta material, constringe a divisão lusitana a render-se e a embarcar.

Em 16 de fevereiro, convoca para se reunir no Rio um conselho de procuradores gerais de todas as províncias brasileiras. No dia 21 do mesmo mês, proíbe a execução no Brasil, sem a sua sanção, de ordens e leis daquelas Cortes. Em 3 de junho, convoca uma assembleia legislativa e constituinte incumbida de organizar a constituição pela qual devesse reger-se o continente brasileiro. Finalmente, em 7 de setembro, às margens do Ipiranga, proclama a inteira separação da antiga metrópole. A separação foi, pois, o resultado de longa série de grandes atos, e denota dores de energia, perseverança e civismo nada vulgares. Não se ultimou essa separação sem luta e derramamento de sangue. O Brasil armou-se, formou exército e esquadra, contratou oficiais estrangeiros, como Coehrane, Illiath, Norton, Taylor, Greenfeld e Labatut. Ocorreram combates em terra e no mar. D. João VI enviou emissários a D. Pedro, que se recusou a recebê-los e os obrigou a regressarem, devolvendo as cartas do pai. Portugal solicitou a mediação inglesa, no intuito de se terminar a guerra. Graças a essa mediação, celebra-se a convenção de 29 de agosto de 1825, em virtude da qual Portugal reconhece a independência do Brasil. Fizeram-se concessões mútuas na convenção, cedendo o Brasil a vantagem de ser reconhecido por Portugal, a fim de que mais nações da Europa também o reconhecessem. A prova de que o tratado não nos era infenso está na indignação pública que levantou em Portugal, obtendo, a custo, o gabinete inglês a ratificação. Como o Brasil se obrigara a pagar dois milhões de libras esterlinas, ou melhor, assumira a responsabilidade de um empréstimo dessa quantia, contraído por Portugal em Londres, acoimaram alguns opositoristas o tratado de carta de alforria, afirmando que compramos a nossa independência. Excessos de linguagem injustos e injustificados! Proveio aquele compromisso de um ajuste de contas, tendo por fim extinguido reclamações de parte a parte. Representou o valor de palácios e outras propriedades particulares de D. João, este do Brasil. Com a separação, apoderara-se este de parte do patrimônio até então comum. Ficaram pertencendo ao Brasil, mediante a obrigação referida, demais mercadorias sequestradas, embarcações surtas nos portos, prédios rústicos e urbanos, navios apressados em alto-mar, numerosos vasos de guerra.

A continuação da campanha teria custado mais. Porém, se a objetasse, poderia o Brasil vencer afinal e nada pagar.

É exato. Honra lhe seja dada, entretanto, ter preferido no começo de sua existência nacional, não fazer questão de dinheiro, praticando para com a velha mãe pátria empobrecida e fraca um ato de honestidade ou cavalheirismo.



SÊNECA FILÓSOFO TRÁGICO

Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira

Filósofo

carlos.silveira@ucp.br

Extraído do livro *Filosofia da praia 2*

Como filósofo do autoconhecimento, Sêneca não dispensou suas tragédias dessa característica, que encontramos também nas tragédias modernas, seja de Shakespeare, seja de Racine, dois nomes fundamentais do teatro trágico, que receberam sua influência, especificamente sobre sua dependência em relação à retórica de Sêneca e a suas tragédias. Nosso objetivo é, inicialmente, evidenciar o elemento subjetivo, isto é, do autoconhecimento na tragédia de Sêneca, sua relação com sua filosofia, e apresentar algumas peculiaridades retóricas do pensamento de Sêneca em suas tragédias. Estas foram consideradas, durante longo tempo, como peças escritas estritamente para leitura, e não como dramas a serem encenados. Sem entrar nesse mérito, ressaltamos ainda que os recursos retóricos senequianos visam a dar verossimilhança não somente às personagens trágicas, mas também a ressaltar que o aspecto do autoconhecimento não está isento do método filosófico de meditação pessoal, porque Sêneca é o filósofo de meditação pessoal.

Ao atribuímos a Sêneca o título de trágico, queremos dizer alguma coisa sobre sua vida, que aceitou uma espécie de pena de morte *suis generis* do Imperador Nero, suicidando-se. Este ato dá à própria vida de Sêneca uma chave de leitura para a frase que citei acima. O nosso desafio sempre será pensar o tema da morte, experiência mais dramática do ser humano, que lhe custa todo o sofrimento da vida. Contudo, não é tanto a vida trágica de Sêneca que nos interessa aqui, e sim seu teatro. De Sêneca, chegaram-nos nove tragédias: *Tiestes*; *Troianas*; *Agamémnon*; *Édipo*; *Fenícias*; *Hércules Enlouquecido*; *Hércules no Eta*; *Fedra*; *Medeia*. Se considerarmos que, de Ésquilo e de Sófocles, só nos chegaram sete tragédias de cada um, o *corpus tragicum senecanum* é considerável. Por outro lado, essas tragédias de Sêneca, os recursos retóricos abundantes de nosso filósofo, mostram-se eficazes e dão sentido a seu estilo, que vão além da mera função de leitura.

A ESCOLA FILOSÓFICA DE SÊNECA E SUAS OBRAS

Lúcio Aneo Sêneca nasceu no ano 4 a.C. e morreu em 65, vivendo, portanto, em torno de 40 anos. Provavelmente nasceu na mesma época de Jesus, e isso tem certa importância para a cultura ocidental, se considerarmos que os primeiros cristãos, principalmente São Paulo, serão influenciados pelo estoicismo greco-romano, corrente à qual se afilia Sêneca. Há até mesmo uma obra que registra uma suposta correspondência entre Sêneca e São Paulo. É obra espúria, que testemunha, contudo, a interpretação antiga da influência do filósofo no apóstolo.

O estoicismo surge na Grécia por fundação de Zenão de Cítio, por volta do século III a.C., e estende-se até Sêneca, ou um pouco mais tarde, século II da era cristã. O estoicismo antigo foi a primeira fase dessa influente escola filosófica. Por volta do século II a.C., aparece o que convencionou chamar de estoicismo médio,

com Panécio de Rodes, entre outros. Finalmente, sua última fase é o estoicismo imperial, romano, no qual se inserem Sêneca e o imperador Marco Aurélio.

O estoicismo, à diferença das correntes filosóficas gregas precedentes, isto é, as escolas de Sócrates, Platão e Aristóteles, centra sua atenção em problemas do conhecimento lógico, da cosmologia e da vida prática, ou seja, da ética. De fato, as reflexões éticas do estoicismo imortalizaram-se como caminho humano para a felicidade. E esta é uma tendência constante na filosofia estoica, sobretudo, no caso do Sêneca.

Dentro dessa corrente estoica, Sêneca tem uma característica especial que marcou sua formação e se expressa em seu texto, sobretudo em suas tragédias, que é seu grande preparo retórico, fazendo com que a leitura de seus textos seja extremamente sedutora. Merecem leitura: *Cartas a Lucílio*; *Cartas à Mãe*; *Da Tranquilidade da Alma*, além de todas as tragédias citadas acima. Estas são marcadas por recursos retóricos que se reconhecem em trágicos posteriores, como Shakespeare, donde o mestre inglês tomou inteiras sentenças. Mas não somente Shakespeare, os franceses, sobretudo, Dormeuil e Racine, inspiraram-se nas tragédias de Sêneca.

Embora haja muitas diferenças entre um autor da Antiguidade, como Sêneca, e os autores modernos dos séculos XVI-XVII, e há muita discussão acadêmica a respeito, especialmente no caso de Shakespeare, todos concordam com a importância da retórica nos discursos trágicos nos antigos e nos modernos. A retórica reveste o discurso trágico seja para atenuá-lo, mas seu fim é sempre persuadir o espectador.

QUEM NÃO SOUBER MORRER BEM TERÁ VIVIDO MAL

Em *Da Tranquilidade da Alma*, Sêneca apresenta-nos muitos elementos para captarmos o sentido trágico da vida humana e, ao mesmo tempo, um caminho para sua redenção, pois uma abordagem ética da vida humana exige o reconhecimento de um arbítrio livre. Para guiar esta primeira abordagem do nosso tema, escolhamos como lema a proposição “Quem não souber morrer bem terá vivido mal”, tomada da obra citada. Desta proposição, surge espontaneamente a questão sobre o que é viver mal e o que é viver bem para o nosso filósofo e, antes, a postulação do problema de nossas escolhas. Retornemos à obra *Da Tranquilidade da Alma*:

Estamos todos ligados à fortuna: para uns a cadeia é de ouro e frouxa, para outros é apertada e grosseira; mas que importa?

Todos os homens participam do mesmo cativeiro, e aqueles que encadeiam os outros não são menos algemados; pois tu não afirmarás, suponho eu, que os ferros são menos pesados quando levados no braço esquerdo: As honras prendem este, a riqueza aquele outro; este leva o peso de sua nobreza, aquele o de sua obscuridade; um curva a cabeça sob a tirania de outrem, outro sob a própria tirania; a este sua permanência

num lugar é imposta pelo exílio, àquele outro pelo sacerdócio.

Toda a vida é uma escravidão. (SÊNeca, 190, X, 3, p. 206 – grifos nossos)

A primeira leitura dessa passagem suscita a nossa questão principal: como é possível coadunar o livre-arbítrio com o destino trágico do homem? Esta questão supõe pensar primeiramente sobre a possibilidade de se encontrar em Sêneca senão uma teoria, ao menos um reconhecimento da existência do livre-arbítrio. Para responder a esta questão, entender a que se refere Sêneca e, eventualmente, os autores antigos, quando falam da *fortuna*. Este conceito remonta certamente à *týche* grega, personificação da fortuna e da prosperidade. Pode-se ver, portanto, que, na tragédia antiga, o tema da fortuna não é pouco importante. Ao contrário, parece intrínseco ao sentido trágico o reconhecimento de uma força superior ao homem que comanda seu destino. Contudo, a interpretação de seu sentido pode ser múltipla e variada. Ela se confunde mesmo com a ordem do universo e da natureza que não pode ser transgredida. A consequência dessa transgressão seria a própria tragédia, de modo que o drama trágico gira em torno das leis do Estado, da ordem ética e da atitude de suas personagens em relação a elas.

Para o grande estudioso da cultura grega, Werner Jaeger, não é possível entender a poesia grega e, diríamos o teatro trágico, sem a concepção jurídico-política de Sólon:

Também Sólon fundamenta a sua crença política na força de Dike, cuja imagem descreve com visível coloração hesiódica. É de se acreditar que na luta de classes das cidades jônicas a fé inquebrantável de Hesíodo num ideal de Justiça tenha desempenhado já um certo papel e tenha sido uma fonte de íntima resistência para a classe que lutava pelos seus direitos. Sólon não redescobriu as idéias de Hesíodo. Não precisava fazê-lo: limitou-se a desenvolvê-las. Também ele está convencido de que o direito tem um lugar insubstituível na ordem divina do mundo. Não se cansa de proclamar que é impossível passar por cima do direito, porque este acaba sempre por triunfar. Assim que a *hybris* humana ultrapassa os seus limites, sobrevêm, cedo ou tarde, o castigo e a necessária compensação. (JAEGER, 1995, p. 178)

Jaeger acentua, pois, que não há tragédia sem concepção de ordem ou de lei. A *hybris* é, portanto, a transgressão desta lei. Contudo, do ponto de vista místico, antes mesmo de Sólon, essa lei se confunde com a fortuna, *týche*. Por isso, Jaeger (1995, p. 296-297) acrescenta:

Já nesta tragédia mais antiga, que não era ação, mas pura paixão, a força da *sympatheia*, que suscitava a participação sentimental dos ouvintes por meio dos lamentos do coro,

serviu para dirigir a atenção para o destino que, enviado pelos deuses, produzia aqueles abalos na vida dos homens. Sem estes problemas da *týche* ou da *moira*, que a lírica dos Jônios fizera chegar à consciência daquele tempo, jamais se teria gerado uma tragédia autêntica a partir dos antiquíssimos ditirambos de conteúdo mítico.

A aproximação que Jaeger apresenta entre a *týche* e a lei é facilmente reconhecível em *Édipo*, em *Antígona* e *Medeia*, por exemplo, de modo que podemos concordar que a transgressão da ordem ética e jurídica é princípio constitutivo da tragédia. Sêneca parece concordar com isso, mas acrescenta a essa transgressão o elemento subjetivo, isto é, o comportamento e a ambição que transcendem a simples ordem extrínseca das leis da natureza e do Estado. Estas, por certo, não são negadas, mas *complicadas* pela subjetividade humana. Aqui estaria a raiz do trágico a supor no herói por um lado, o livre-arbítrio e, por outro, o reconhecimento do erro. Este erro livremente cometido, e não determinado pela fortuna, torna-se trágico porque responsabiliza o agente e tem a função didática de propor um exame das opções à disposição do herói.

O ESPÍRITO VIRTUOSO POSSUI UM REINO!

Este verso é tomado de *Tiestes*, talvez a mais importante tragédia de Sêneca. Ele resume a força que o livre-arbítrio exerce na vida do homem: para além da fortuna, a racionalidade, o autoconhecimento e a livre-escolha são capazes de dominar a instabilidade da fortuna. Vejamos a estrofe inteira:

Vós que cobiçais os palácios, ignorais
Em que lugar está o poder.
Não são as riquezas que fazem os reis,
ou as vestes cor púrpura,
ou os diademas de uma fronte régia,
ou os tectos luzentes de ouro;
rei é aquele que depôs o medo
e as falhas de um mau caráter;
(...)
O espírito virtuoso possui um reino!
(...)
Rei é aquele que não sente medo,
Rei é aquele que não tem desejos!
Um reino assim qualquer homem pode ter!
(SÊNeca, 1996, p. 76-75)

Fica claro que os prazeres limitam a escolha humana e, quando isso ocorre, a fortuna impõe seu domínio. Este é o trágico verdadeiro na concepção de Sêneca. Por isso, suas tragédias insistem na força moral do homem: “Um reino assim qualquer homem pode ter”, diz o último versículo citado. Contudo, embora a estrofe inteira pareça dizer que somente o domínio das

paixões implique uma superação delas, uma nuance aqui deve ser observada. Vejamos esta passagem:

Todavia, nada nos preservará melhor das inquietudes deste gênero do que fixarmos sempre **um limite para nossas ambições, sem esperar que a fortuna nos interrompa**, como é seu costume; e suspendermos nosso progresso muito tempo antes do instante fatal. **Do destino ainda sentiremos a picada de muitos desejos**; mas estes serão desejos acanhados, que não nos poderão lançar em intermináveis aventuras. (SÊNECA, 1980, X, 7, p. 206 – grifos nossos)

O destino e a fortuna mantêm sua força sobre o homem, pois “a picada de muitos desejos” ainda será sentida. O desejável é impor limites a esses sentimentos, à sua causa, isto é, às nossas ambições. Ainda:

É aos espíritos imperfeitos, medíocres e insensatos que convêm as considerações que precedem: não ao sábio. O sábio não precisa dar um passo tímido ou vacilante: sua fé em si mesmo é tão grande que ele não hesita em se dirigir ao encontro da fortuna, diante da qual jamais cederá. Não há nenhuma razão para remetê-la, porquanto não são somente seus escravos, suas propriedades, sua situação, mas seu corpo mesmo, seus olhos, suas mãos, e tudo o que o prende à vida; **porque é sua esposa, numa palavra, que conta no número dos bens revogáveis, visto que ele vive com a ideia de que seu ser lhe é somente emprestado e está pronto para devolvê-lo de boa vontade**, à primeira requisição. (SÊNECA, 1980, XI, 1, p. 207 grifos nossos)

Fica claro, na citação acima, o poder do sábio em relação ao ignorante, assim como sua força diante da fortuna ou da própria lei. Em vários momentos e em todas as peças, Sêneca mostra-nos que o herói tinha consciência e poder sobre sua ação, que escolheu com liberdade, certamente influenciado por paixões e emoções muito acentuadas. As decisões são frutos da escolha do herói e não dizem respeito à fortuna. Em *Tiestes*, a personagem principal e seu irmão Atreu, netos de Tântalo, abre-se como o discurso do fantasma de Tântalo, o qual debate com uma das fúrias se ele deve levar adiante seu projeto de matar o próprio filho para oferecê-lo como comida aos deuses, como um falso cordeiro. O objetivo seria testar se os deuses reconheceriam ali a carne humana.

A provocação da fúria a Tântalo é que ele continue seu destino, e, já que matou um de seus filhos, que mande seus outros filhos matarem seus netos, e assim por diante. Atreu oferece um banquete ao irmão Tiestes, mata os filhos deste, e, em um requinte de perversidade, serve seus corpos como alimento e o sangue misturado com vinho. Quando Tiestes, bêbado, no meio do banquete, procura os filhos, logo compreende que os comeu e os bebeu. Sêneca mostra como esta tragédia

que a proximidade ao poder conduz à corrupção do homem. E isto é responsabilidade de cada um, como no caso, de Tiestes, que se reaproxima de seu irmão, o rei Atreu. Os deuses e a fortuna podem ter levado nossos heróis à trama que lemos, mas a decisão de matar os sobrinhos veio de Atreu; e a de se reaproximar do poder foi de Tiestes.

Não é a morte que nos deve assustar, mas a falta de critério para uma boa vida, a perturbação dos bens passageiros e a ausência de reflexão e de decisão:

Retornar para o lugar de onde se vem: que há de cruel nisto? Quem não souber morrer bem terá vivido mal. É preciso, pois, começar por despojar a existência de seu prestígio e por colocá-la entre as coisas sem valor. “Somos hostis aos gladiadores”, diz Cícero, quando eles querem, custe o que custar, obter a vida livre; nossa simpatia é granjeada quando se torne evidente que eles a desprezam. Nossa situação é a mesma, pois quantas vezes morremos, vítimas do nosso medo de morrer! (SÊNECA, 1980, XI, 4, p. 207)

Não podemos ser vítimas do medo. A tragédia de Sêneca é fundamentalmente educativa, em parte, diferente da dos gregos. E, também, é chamada de *ludus*, termo latino que significa tanto jogo como exercício em vista da educação. E o fim da educação em Sêneca é aprender a não se deixar levar pelas paixões.

Tecnicamente estão presentes aí dois ideais gregos da filosofia estoica: a *apatheia* e a *ataraxia*, a apatia e a tranquilidade da alma. Para Sêneca, a pessoa sábia chega ao estado de autocontrole, de autodeterminação, de maturidade em suas atividades intelectual e espiritual quando não se deixa levar pelas paixões. Devemos procurar as coisas simples da vida porque a ambição pelo mais complexo e sofisticado conduz ao sofrimento.

CONCLUSÃO

Retomando nosso lema, “quem não souber morrer bem, terá vivido mal”, o que Sêneca pretendeu com suas tragédias, assim como em toda a sua filosofia, foi ensinar que a finalidade do nosso conhecimento, especialmente do autoconhecimento, é saber morrer. Esta filosofia da morte de origem platônica, inserida em *Fedra*, resume igualmente o ideal estoico. E, que é saber morrer? Saber morrer é desprender-se das coisas e dos sentimentos, a ponto de não mais se sofrer pela morte. Esta é a felicidade no sentido de Sêneca e do estoicismo. Atingir a tranquilidade da alma a partir de um estágio de apatia, ou seja, viver a vida sem excessos.

Que importa estar preso à fortuna? Não estão presos somente os algemados, mas também aqueles que os prendem. Assim é o destino do homem: honras e privilégios, riquezas e esbanjamento; ciência e prepotência fazem de sua nobreza sua escravidão. É preciso deixar de queixar-se, pois “nenhum destino é tão insuportável que uma alma razoável não encontre qualquer coisa para consolo”.

A IMPLEMENTAÇÃO DO BIM NA FAB: RESULTADOS E IMPLICAÇÕES

Camila Tasca Leitão

2º Ten Civ

tascactl@fab.mil.br

O BIM (Building Information Modelling), também conhecido no Brasil como Modelagem da Informação da Construção (MIC), é um processo considerado divisor das práticas tradicionais de mercado que são utilizadas na área da construção civil em todo mundo. Nesse estudo, o objetivo principal é a avaliação de maturidade de implementação BIM na Força Aérea Brasileira reforçado pelo Decreto nº 10.306 que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. Para alcançá-lo, foi submetida a equipes responsáveis por sua disseminação, matrizes para avaliação do nível de maturidade BIM na organização, de acordo com a metodologia proposta por Bilal Succar e estimou-se ao nível da implementação BIM na Aero-

náutica. Informações como essas tendem a fornecer uma base científica para a indústria AEC, permitindo que o uso do BIM, juntamente com políticas públicas, alcance níveis de maturidade semelhantes aos já observados em países desenvolvidos, além disso pode ser considerado como referência a países que estão no mesmo estágio e contexto de implementação.

INTRODUÇÃO

Modelagem da Informação da Construção (em inglês, *Building Information Modeling* – BIM), é um dos mais oportunos desenvolvimentos na indústria relacionada arquitetura, engenharia e construção (AEC). O BIM, diferente do processo tradicional, onde cada disciplina trabalha de maneira isolada, apresenta um modelo colaborativo, onde é possível obter maior



controle sobre todo o ciclo de vida do projeto, além também de permitir que todos os envolvidos no processo possam acessar e realizar modificações a qualquer momento, sempre mantendo o modelo atualizado e ante prevendo falhas para correções mais assertivas.

Neste estudo, pretende-se conhecer o nível de maturidade em BIM em diferentes organizações militares da Aeronáutica, bem como avaliar como as sugestões de implementação da Estratégia BIMBR alinhadas com o Decreto nº 10.306 estão sendo abordadas, para que se possa apresentar o avanço na sua utilização e possíveis soluções de otimização no acompanhamento da construção e, ao mesmo tempo, ações para disseminar o uso do BIM como forma de trazer vantagens e economia para as partes envolvidas no projeto final.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de BIM surgiu na década de 1970, porém a terminologia utilizada é relativamente recente, sendo datada no início da década de 1990. Com a ampliação do número de interessados pelo BIM, após aprovação e publicação oficial do Decreto BIM (Decreto nº 10.306), o assunto “BIM” ganhou força necessária para se enraizar na indústria da construção civil.

O termo BIM continua a evoluir ao longo dos anos e, portanto, é melhor entendido como uma evolução tecnológica em toda a indústria da construção e no ambiente construído em geral. Na sequência é possível observar suas vantagens e utilização no Brasil.

No setor público a serventia de sua utilização está diretamente ligada aos conceitos de eficiência, eficácia e economicidade. Após o advento da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, a qual acrescentou a eficiência como princípio que rege a Administração Pública na *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, ela está atrelada à expectativa da “sociedade que aspira que a Administração adote os métodos mais apropriados, dentro de avançados padrões técnicos. O que se exige é que a Administração trabalhe com qualidade, opere de forma a colocar à disposição da sociedade os avanços tecnológicos próprios da modernidade, esteja voltada para o atendimento satisfatório das necessidades do todo coletivo. A correção dos métodos será determinante na obtenção dos melhores resultados”.

Logo conclui-se que a aplicação dos conceitos de eficiência, eficácia e economicidade é fundamental para a construção do planejamento estratégico de qualquer organização. Uma vez reconhecidas as dificuldades, urgências e necessidades desta, torna-se mais fácil definir o plano de implementação, implantação e adoção do BIM, bem como entender a importância desse modelo para a empresa ou instituição.

A tecnologia BIM começou a ser utilizada no Brasil na década de 2000, mas foi a partir de 2010 que ela começou a ganhar mais destaque no país. A pesquisa focará no Decreto nº 10.306, deliberando que o BIM deve ser implementado de forma gradual, obedecendo a fases de adoção estabelecidas.

Em seu artigo 2º, o mesmo decreto discrimina quais entes estarão ligados às ações de disseminação do BIM previstas em seu conteúdo, assim, esses órgãos/entidades são responsáveis pelo desenvolvimento dos primeiros projetos – piloto da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM. O Ministério da Defesa, com as ações executadas nos imóveis jurisdicionados à Força Aérea Brasileira, é o estudo de caso desta pesquisa.

MÉTODO DESENVOLVIDO PELO PROF. BILAL SUCCAR

O pesquisador Bilal Succar (2009) desenvolveu uma detalhada metodologia para descrever, qualificar e mensurar o uso do BIM em organizações e esferas diversas. Essa metodologia mostra-se tocante ao estudo de caso, pois apresenta a capacidade de propor uma avaliação de grau de maturidade de instituições na adoção e processo de implementação do BIM em relação a seus processos internos e relacionado a outras organizações.

O domínio BIM é composto por três campos de atividade interligados, mas distintos, como demonstrado na Figura 1 a seguir: Tecnologia, Processo e Política. Cada um desses campos BIM tem seus próprios agentes e seus intérpretes.



Figura 1 – Três campos interligados de atividades BIM. Fonte: Succar (2009), adaptado e traduzido pela autora.

A metodologia de avaliação de Succar (2009) consolida-se na Matriz de Maturidade BIM, *BIM Maturity Matrix* nominada pelo autor com a sigla (BIm3), descrita por Succar (2009), como uma “ferramenta de conhecimento que incorpora muitos componentes da metodologia do BIM com o objetivo de medir e melhorar o desempenho do BIM. Tanto sua estrutura como seu conteúdo se beneficiaram de modelos de maturidade e de excelência testados com o tempo”.

Com base nos passos a serem atingidos por uma organização na implementação progressiva do BIM em seus projetos, Succar (2009) desenvolveu o Índice de Maturidade sendo uma maneira de mensurar o nível de maturidade BIM da organização, como pode ser observado na Figura 2, em que a organização pontua conforme seu nível de maturidade.

NÍVEL	NOME DO NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO TEXTUAL	CLASSIFICAÇÃO NUMÉRICA
A	Inicial	Baixa maturidade	0-19%
B	Definido	Méda-baixa maturidade	10-39%
C	Gerenciado	Méda maturidade	40-59%
D	Integrado	Méda-alta maturidade	60-79%
E	Otimizado	Alta maturidade	80-100%

Figura 2 – Esquema classificatório de nível de maturidade.
Fonte: Succar (2009), adaptado e traduzido pela autora.

ESTUDO DE CASO

A edição da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) nº 85-17/2019 para o Programa de Disseminação do BIM no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), do dia 28 de fevereiro de 2019, e o Manual de Comando da Aeronáutica (MCA) 86-1, “Manual de Modelagem BIM – BIM Mandate”, que tem como objetivo apresentar as regras sobre a organização das informações, os processos e ações de uso da metodologia BIM para as benfeitorias da Força Aérea Brasileira (FAB), de modo a fornecer orientações e subsídios para os profissionais de engenharia e arquitetura das diferentes unidades da FAB, servirão como diretrizes e auxiliarão no desenvolvimento deste trabalho.

O BIM Mandate também define as regras necessárias para a gestão do acervo técnico da FAB, por meio da criação de bibliotecas de *templates*, famílias e *showrooms* e de repositórios de projetos em BIM em um ambiente digital único. Com isso, espera-se dar condições de disseminação do BIM para seus diversos elos.

A etapa inicial do processo metodológico consistiu na seleção das organizações militares nas quais o estudo de caso seria aplicado. Feito isso, identificou-se em quais setores do órgão, a adoção BIM estava em desenvolvimento e ainda quais estavam dispostos a se submeter à pesquisa.

As organizações militares selecionadas são referidas no quadro abaixo, é possível compreender que tal seleção se justifica por serem elos representativos e atuantes no desenvolvimento de projetos, acompanhamentos e fiscalização de obras e contratação de empresas para execução indireta de obras e serviços de engenharia e precursoras na disseminação da tecnologia BIM, suas ações e atividades voltadas para implantação e geração de dados relevantes para o desenvolvimento urbano dos locais em que atuam, suas ligações seguem detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese da atribuição das organizações.

CFIAe	Por meio da construção de unidades habitacionais em polos urbanos coopera com o planejamento urbano nas áreas selecionadas para expansão populacional na região.
CO-DCTA	Mediante a entrega de diversas obras, colabora diretamente com a evolução dos projetos propostos, verificando o atendimento aos padrões construtivos planejados garantindo que todos os requisitos, lições aprendidas e resultados serão compartilhados entre as organizações militares.
CEPE	Através do desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetura contribui para desenvolvimento de espaços urbanos, atualmente desenvolve extensa bases de dados de diversas regiões do país contribuindo para interoperabilidade de informações nas diversas organizações da instituição.

Fonte: Autora (2023).

A primeira matriz foi gerada baseada nas percepções dos integrantes do CEPE, obteve-se o grau de maturidade 25 com a média aritmética da pontuação de todas as áreas (estágio, escala e subdivisões de tecnologia, processos e políticas).

Chegou-se ao índice de maturidade 50%, calculando-se a porcentagem do grau de maturidade em relação a 50; que corresponde à pontuação máxima que se pode ser atribuída a cada uma das áreas. Tendo o índice de maturidade (50%), foi possível chegar ao nível de maturidade da implementação BIM. Aplicou-se esse percentual resultante ao esquema classificatório, desta forma, chegou-se à maturidade da implementação BIM, em nível operacional: nível de maturidade C – gerenciado, que corresponde a uma média maturidade.

Ao mesmo procedimento descrito no início deste subitem, foram submetidos os dados do CO-DCTA gerando um grau de maturidade de 36,70; índice de maturidade 73% e definindo a maturidade da implementação BIM, em nível D – integrado, que corresponde a uma média-alta maturidade. A avaliação do nível de maturidade para o conjunto de capacidades em BIM foi definida para o estágio de integração e uma escala organizacional meso.

Da mesma maneira, foram apresentados os dados advindos da pesquisa realizada na CFIAe. Gerando um grau de maturidade de 18,30, índice de maturidade 37% e definindo a maturidade da implementação BIM que atua no acompanhamento de obras, em nível B – definido, que corresponde a uma média-baixa maturidade. A avaliação do nível de maturidade para o conjunto de capacidades em BIM foi definida para o estágio de modelagem e uma escala organizacional micro.

Após a análise nas organizações selecionadas, foi possível obter o grau de implementação BIM na Força Aérea Brasileira, a avaliação do nível de maturidade para o conjunto de capacidades em BIM, para o estágio de integração e para a escala organizacional macro. Esses dois últimos foram definidos pela autora, o Estágio 3, de acordo com Succar (2019) define a integração baseada em rede, explana sobre o intercâmbio simultâneo e interdisciplinas de modelos por meio de ciclos de vida da edificação, já a escala macro propõe dinâmicas e entregáveis em BIM, seguindo a escala organizacional, com alto detalhamento e mercados chaves definidos, ela determina que o mercado pode ser estabelecido geograficamente, geopoliticamente ou com o resultado de acordos com objetivos similares.

Obtidos e discutidos os resultados dessas investigações, passa-se à discussão da relação entre nível de maturidade da implementação BIM e das propostas preestabelecidas pelo Decreto nº 10.306. Uma forma de relacionar as duas informações é a comparação das etapas atuais com o tempo determinado para cada fase do processo. Com esse fim observamos o comparativo da primeira fase no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Comparativo – Decreto nº 10.306 e ações na FAB.

PRIMEIRA FASE - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2022.	
DECRETO	AERONÁUTICA
A elaboração dos modelos de arquitetura e dos modelos de engenharia referentes às disciplinas de: estruturas, instalações hidráulicas, instalações de aquecimento, ventilação e ar-condicionado e instalações elétricas.	Projetos dos Próprio Nacional Residencial (PNR) de Anápolis-GO e de Santa Cruz-RJ, sede da unidade do CEPE em São José dos Campos-SP (CEPE). Projeto do Residencial Estrela do Bosque em Sulacap-RJ (CFIAe).
A detecção de interferências físicas e funcionais entre as diversas disciplinas e a revisão dos modelos de arquitetura e engenharia, de modo a compatibilizá-los entre si.	Projetos dos Próprio Nacional Residencial (PNR) de Anápolis-GO e Santa Cruz-RJ (CEPE).
A extração de quantitativos.	Orçamento da nova sede do CEPE em São José dos Campos-SP (CEPE).
A geração de documentação gráfica extraída dos modelos a que se refere este inciso.	Projetos dos Próprio Nacional Residencial (PNR) de Anápolis-GO e de Santa Cruz-RJ, sede da unidade do CEPE em São José dos Campos-SP (CEPE). Projeto do Residencial Estrela do Bosque em Sulacap-RJ (CFIAe).
SEGUNDA FASE - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2024.	
DECRETO	AERONÁUTICA
Os usos previstos na primeira fase.	Em andamento conforme ações mencionadas na primeira fase.
A orçamentação, o planejamento e o controle da execução de obras.	Execução do alojamento HS do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) em em São José dos Campos-SP (CO-DCTA).
A atualização do modelo e de suas informações como construído (as built), para obras cujos projetos de arquitetura e engenharia tenham sido realizados ou executados com aplicação do BIM.	Não iniciado.

Fonte: Autora (2023).

RESULTADOS E ANÁLISES

A aplicação do modelo de maturidade proposto por Succar mostrou-se viável mesmo em um contexto específico como organizações militares reduzidas em diferentes estados da Região Sudeste; o Quadro 3 expõe de forma resumida os graus obtidos em cada organização.

Quadro 3: Níveis de maturidade atingidos.

ORGANIZAÇÃO	NÍVEL ATINGIDO	CLASSIFICAÇÃO TEXTUAL
FAB	C - Gerenciado	média maturidade
CEPE	C - Gerenciado	média maturidade
CO-DCTA	D - Integrado	média-alta maturidade
CFIAe	B - Definido	média-baixa maturidade

Fonte: Autora (2023).

A disparidade apresentada entre as três análises regionais, pode ser atribuída à não experiência prática por parte de todas as organizações e à recente implementação na CFIAe, a unidade possui bagagem teórica, porém, menor vivência em situação prática como a das unidades observadas – por ser a mais recente em ações de implementação é coerente o menor grau obtido.

Os resultados obtidos com maior pontuação foram alcançados na CO-DCTA, unidade que tem como objetivo principal a execução de obras. Posto isso, seu grau de envolvimento com a tecnologia BIM compreende o gerenciamento do fluxo de trabalho, a coordenação das atividades entre as equipes, a verificação da conformidade do trabalho realizado com o projeto e a garantia da qualidade da obra.

Como nesse contexto, o BIM é considerado uma inovação e o CEPE foi uma das primeiras organizações a adotá-lo de

forma sistematizada no órgão, é compreensível o seu grau de implementação mais avançado; além do tempo de utilização da tecnologia, a organização também foi responsável por criar diretrizes como as do BIM Mandate.

No que se refere ao andamento das ações determinadas pelo Decreto nº 10.306, a organização demonstrou um andamento benéfico com as ações propostas preestabelecidas.

CONCLUSÕES

Os objetivos gerais e específicos foram atingidos, a partir da determinação do nível de maturidade da implementação BIM por meio de estudo de caso nas unidades CEPE, CO-DCTA, CFIAe e a verificação da relação entre o nível de maturidade atual das organizações e as estratégias estabelecidas pelo Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020.

Foi possível observar uma mudança notória durante a pesquisa, a readequação do ambiente de trabalho com a aquisição de equipamentos e licenças para atender às necessidades de infraestrutura tecnológica, com o objetivo de cumprir os objetivos de disseminação do BIM e aumentar o espaço para realização do acesso comum de dados.

A instituição tem se dedicado a estudar e definir procedimentos jurídicos para a contratação de projetos utilizando a metodologia BIM no futuro. O processo de implementação da metodologia BIM na Aeronáutica poderá ser avaliado continuamente para permitir ajustes e evitar revisões e retrabalhos nas análises de projetos, controlar efetivamente o tempo de execução das obras, reduzir significativamente termos aditivos de metas e prazos dos contratos e mudar paradigmas no setor, com o objetivo de alcançar maior qualidade durante a execução das ações.

REFLEXÕES SOBRE O DECLÍNIO DA CIVILIZAÇÃO CRISTÃ E OCIDENTAL

Frederico Bergamo de Andrade

Cel Art

Membro do Grupo de Estudo do Pensamento Brasileiro

olgaefred@hotmail.com

O leitor poderá estranhar que o autor destas reflexões tenha tido a pretensão de divulgá-las sem que possua um lastro de conhecimentos acadêmicos que o credenciem para tanto. Trata-se de uma matéria vasta, complexa, polêmica. De fato, sou um homem comum, octogenário, militar reformado, católico, aluno de padres jesuítas por quase uma década e, em decorrência, integrante de uma corrente de pensamento conservadora. Reconheço, em razão do que foi exposto, que estas reflexões, tornadas públicas, mais até do que outras, possam se tornar alvo de críticas, divergências, contestações.

“O homem que crê em Deus é mais humano consigo mesmo e com os seus semelhantes”. É o que nos dá a entender a leitura de um texto de uma das encíclicas papais do século passado. Mas não é só a Igreja Católica. Muitos renomados pensadores consideram a importância do Deus da tradição judaica cristã para a vida social dos países do ocidente.

Muitos dos seus ordenamentos sociais e jurídicos foram inspirados nos ensinamentos de Jesus Cristo, o filho de Deus que se fez homem. Mesmo assim, momentos houve, no processo histórico do Ocidente, em que ocorreram tentativas para rejeitá-lo, expurgá-lo, extingui-lo. Como exemplos, o período do regime de terror da Revolução Francesa e, em época mais recente, nos países submetidos ao regime comunista.

A minha geração nasceu e cresceu em mundo ocidental fortemente cristianizado, onde prevaleciam princípios dogmáticos que pretendiam determinar claramente o que era o bem, o que era o mal, o que era o certo, o que era o errado.

É, pois, com um certo desconforto, que sou levado a pensar que a dialética do processo civilizatório nos trouxe a um momento de intenso relativismo, vazio de utopias e de ideias socialmente positivas, onde a verdade e a mentira muitas vezes se confundem.

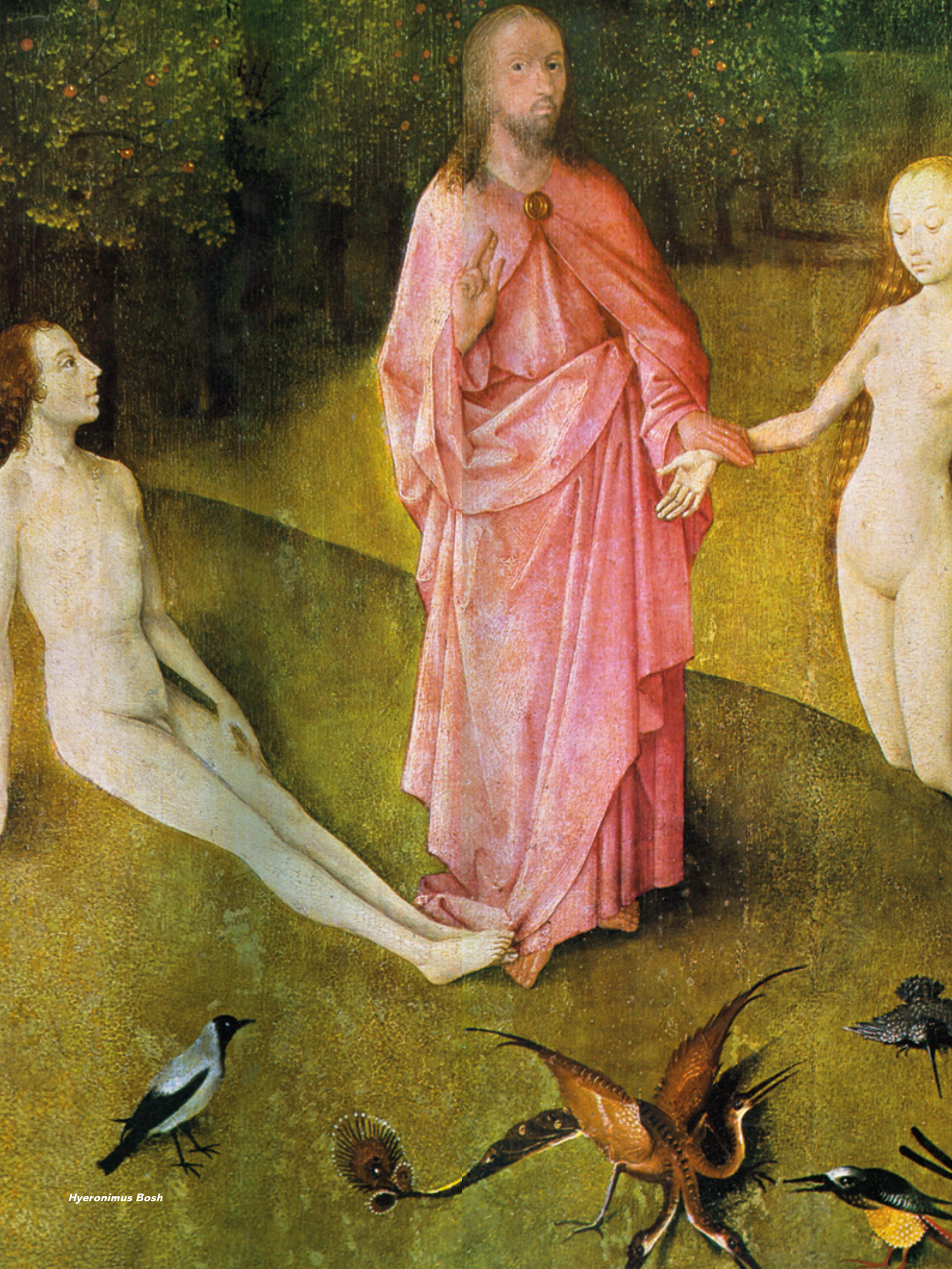
Quis o nosso processo histórico que fizéssemos parte de civilização cristã e ocidental. Um pensamento cristão orientava o modo de ser, de pensar e de agir dos seus membros. Em tempos mais recentes essa cultura cristã e ocidental resistiu galhardamente aos embates da chamada “Guerra Fria”. Mesmo no lado submetido a um regime comunista, marxista, usos e costumes do Cristianismo lograram sobreviver. Também filosofias que traziam consigo pensamentos anticristãos, predominantemente materialistas, tais como o niilismo, o positivismo, o anarquismo, o socialismo, não chegaram a se constituir em uma ameaça maior a, até então, sólidas estruturas da civilização ocidental.

Há, entretanto, quem considere que é no comunismo que vamos encontrar a fonte primária de onde hoje emana e se irradia um “progressismo materialista”, por todo o Ocidente cristão, subvertendo os seus valores, os seus princípios.

Fato é que, a partir do final dos anos 60 do século passado, grandes eventos culturais, ocorridos quase que simultaneamente, contestadores dos valores então vigentes, fizeram com que os países do chamado mundo livre tivessem os alicerces de sua civilização fortemente abalados.

O marco inicial desses eventos foi a revolta estudantil em Paris, em maio de 1968, que ostentava como um dos seus lemas “É proibido proibir”, jargão anarquista. Entre um dos seus mentores estava Herbert Marcuse, filósofo da Escola de Frankfurt.

Época do advento da pílula anticoncepcional, que veio a revolucionar o comportamento sexual das mulheres. A ruptura com determinados valores de natureza ética e transcendental que faziam parte da chamada moral burguesa inspirou novas formas de comportamentos antissociais amplamente alimentadas pela mídia, especialmente televisiva, com trágicos e funestos reflexos nos campos político e social, se apreciados sob uma ótica



Hieronimus Bosh

cristã e conservadora, uma vez que sustentavam como um dos seus principais desígnios a fragilização da estrutura da família tradicional, até então considerada a célula *mater* da sociedade.

Nos EUA, tendo como pano de fundo a Guerra do Vietnã, o festival de Woodstock transformou-se no Santuário do movimento *hippie*, onde eram exaltados o sexo, as drogas, o *rock and roll*.

No campo religioso o encontro dos bispos latino-americanos, em Medellín, Colômbia, onde até membros da Companhia de Jesus, fundada como tropa de choque da autoridade papal contra a reforma protestante, insurgiram-se contra os ditames da Igreja Católica, ao consagrarem uma nova teologia: a da libertação, de inspiração marxista.

Ressalvo, entretanto, que, em qualquer movimento político ou social onde é significativa a participação de um público mais jovem, superando até mesmo compromissos de natureza ideológica, um componente hedonista, libertário, da máxima satisfação dos sentidos, de condenação de qualquer tipo de regramento social, costuma estar, em algum grau, sempre presente. Abstraídos, com maior ou menor intensidade, de sua vertente ideológica, são movimentos transformadores que repercutem significativamente na dinâmica da cultura ocidental. Até por isto, penso que, também a ortodoxia dos princípios e postulados marxistas leninistas foi fragilizada por tais movimentos onde imperaram o hedonismo, o consumismo e o permissivismo. Com efeito, no embalo de uma globalização cultural, de grande apelo ao consumo, final dos anos 80 e início dos 90 do século passado, Deng Xiaoping assume o poder e, flexibilizando o maoísmo, introduz na China a chamada economia socialista de mercado; quase simultaneamente há a derrocada do comunismo na URSS, em parte pressionado por uma exigência popular de livre e desmedido acesso aos bens de consumo, apanágio do capitalismo.

Tempos de fecundação e de florescimento de ideias modernas, adubadas e irrigadas permanentemente pela mídia internacional nas terras férteis e sedutoras do permissivismo e do consumismo.

Despida, em grande parte, do seu componente espiritual, uma cultura empobrece socialmente. Nela, o que passa a prevalecer é o individualismo, o egoísmo, o patrimonialismo. Daí os seus efeitos extremamente perniciosos no campo político.

Vive o Ocidente um conflito de grande amplitude cultural no bojo de suas ditas e nem sempre autênticas democracias.

Nessas, os embates políticos partidários quase que se resumem em um confronto entre conservadores tradicionais e progressistas libertários. Temas sensíveis, como a legalização do aborto, a liberação das drogas, o relativismo cultural, a ideologia de gênero, a estrutura familiar, são amplamente exaltados e aplaudidos pela mídia internacional desde que venham atender a interesses libertários e anticristãos, contrários frontalmente ao pensamento manifestado secularmente pela Igreja Católica e pela maioria das evangélicas.

Paris 68, Woodstock e Medellín, trasladados no tempo, fazem parte do pacote político dos progressistas. Como proposta maior o aviltamento da família tradicional, monogâmica, heterossexual.

Massacrado pela grande mídia, o pensamento cristão se recolhe, se defende, agoniza. No passado, pensadores como Rousseau, Aldous Huxley e George Orwell, entre outros, questionaram quanto ao progresso contribuir, a qualquer preço, sob qualquer circunstância, para o bem da humanidade.

O progresso, como as forças midiáticas prevalentes optaram por configurar, assumiu um ostensivo e permanente desafio ao Cristianismo, ao divino, ao transcendental.

Ressuscitaram Nietzsche e decretaram mais uma vez a morte de Deus.

Ao término deste trabalho cito Roque de Barros Laraia:

Neste mesmo quarto de Século, mudaram-se os padrões de beleza. Regras morais que eram vigentes passaram a ser consideradas nulas (...). Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco de embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-las por novos procedimentos.

Vivemos um momento de extraordinário progresso científico-tecnológico, o qual vem ocorrendo, segundo Gilberto Dupas, “em um estado de vazio ético no qual os referenciais tradicionais desaparecem e os fundamentos ontológicos, metafísicos e religiosos da ética se perderam”.

É que a coisa moral certa a fazer não depende exclusivamente de suas socialmente positivas consequências, por vezes questionáveis, mas também e, principalmente, de obrigações, mandamentos e deveres inerentes à tradição de uma cultura ou de uma civilização, no nosso caso a cristã. Civilização hoje contaminada pelo materialismo, dando sinais de propender a decretar a morte de Deus.

A contracapa do livro *A Civilização do Espetáculo*, de Mario Vargas Llosa, ao sintetizar o pensamento do autor, nos adverte quanto à atualidade cultural, marcada pela banalização das artes e da literatura, pelo triunfo do jornalismo sensacionalista, pela frivolidade da política. A cultura estaria atravessando uma profunda crise. Otimista, julgo ser válido admitir-se que ela seja momentânea, passageira.

Penso que um novo renascimento possa vir a ocorrer assim que o Ocidente venha a reconsiderar a importância de uma cultura que ao longo de séculos lhe conferiu grandeza espiritual. Por oportuno, nesse sentido, lembro que a arte de Rafael Sanzio, Miguel Angelo, Johann Sebastian Bach e de outros grandes nomes do passado cultural do ocidente teve a inspirá-la um sentimento cristão, rejeitado pela atual civilização do espetáculo, hedonista, materialista, descrençatizada. AMÉM



Crédito Imobiliário

Sua casa própria com as melhores condições

Juros baixos para construção e aquisição de imóvel, compra de terreno e de material de construção*.

Consulte as normas e condições vigentes.
*Material de construção somente para militares das Forças Armadas e conveniados.

FHE

POUPEX

